



50
ANOS

1974
2024

UNICAMP
Programa de
Pós-graduação



Ciência Política

Da história do movimento operário às lutas pelos direitos humanos: uma trajetória de pesquisa e ação

Entrevistado
Paulo Sérgio Pinheiro

07 de junho de 2024

Acervo Digital Cedec-Ceipoc

Coleção de 50 anos
do Programa de Pós-Graduação
em Ciência Política
IFCH/Unicamp

COLEÇÃO 50 ANOS DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA POLÍTICA DO IFCH/UNICAMP

Unicamp:

Reitor

Antonio José de Almeida Meirelles

Diretores do IFCH

Andreia Galvão

Michel Nicolau Neto

Coordenador do PPGCP

Álvaro Gabriel Bianchi Mendez

Subcomissão do PPGCP

Alvaro Gabriel Bianchi Mendez

Andrei Koerner

Wagner De Melo Romão

Equipe Acervo Digital Cedec-Ceipoc:

Pesquisadores

Andrei Koerner (Coordenador)

Lígia Barros de Freitas

Mariele Troiano

Raquel Kritsch

Wilson Vieira

Auxiliares de Pesquisa

Aurora Leão Botelho

Waleria Oliveira Vicente Ferreira

Yasmin Domingues de Oliveira

Assistentes de Pesquisa

Celly Cook Inatomi

Lucas Baptista

Ozias Paese Neves

Pedro Henrique Vasques

Apoio Técnico

João Paulo Berto



ACERVO DIGITAL CEDEC-CEIPOC:

COLEÇÃO 50 ANOS DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA POLÍTICA DO IFCH/UNICAMP

Esta coleção traz entrevistas com docentes e pesquisadores do Programa de Pós-Graduação em Ciência Política (PPGCP) da Unicamp, e faz parte do projeto de memória por ocasião da comemoração dos seus cinquenta anos. O PPGCP foi criado em 1974 com uma proposta inovadora, com aprofundada formação teórica e metodológica de caráter multidisciplinar, para a produção científica de ponta e engajada na transformação das condições políticas e sociais do Brasil. Um dos mais tradicionais e importantes da área de ciência política no país, na qual imprime a marca da sua 'heterodoxia rebelde', o PPGCP recebeu nota máxima no último processo de avaliação da Capes.

A memória dos docentes do PPGCP confunde-se com a história da ciência política brasileira e com as transformações mais globais em nossa política e sociedade. O período compreende mudanças de grande alcance no regime político, na sociedade e no modelo de desenvolvimento do país, na forma de organização da Universidade, nas referências teóricas e modelos de pesquisa em ciências sociais e ciência política, bem como nas condições materiais e técnicas de pesquisa.

As entrevistas foram desenhadas com um espectro amplo de temas, para serem capazes de abarcar e registrar essas transformações como um todo. Como documentos de memória, elas trazem relatos da experiência didática e de pesquisa dos docentes, que traçam a formação e as mudanças dos programas e dos métodos de trabalho dos docentes. Eles estabelecem concretamente as articulações entre as mudanças no contexto político, as condições institucionais e objetivos do PPGCP com os projetos individuais e coletivos dos docentes pesquisadores. Esses documentos servem como instrumentos de apoio à formação dos discentes na medida em que disponibilizam, de forma sistemática e acessível informações sobre a trajetória das pesquisas e os vínculos entre projetos, atividades e produtos do PPGCP. Por isso, os documentos de memória servem como materiais para a pesquisa sobre o pensamento político brasileiro, uma das linhas do programa.

As entrevistas foram realizadas pela equipe do Acervo Digital Cedec-Ceipoc, cujo objetivo é estabelecer frentes de diálogo com ativistas, intelectuais e pesquisadores que estejam envolvidos em um dos três eixos que sintetizam as históricas agendas populares de resistência ao autoritarismo no país: democracia, estado de direito e desenvolvimento. O objetivo é coletar experiências, organizar visões e propostas a fim de divulgar amplamente conjuntos de abordagens sólidas e orientadas que auxiliem a reflexão e a ação daqueles interessados em disputar na arena pública a defesa dos valores democráticos. A pesquisa foi financiada com recursos do PROEX/Capes (Proc. AUXPE nº 444/2021).

ACERVO DIGITAL CEDEC-CEIPOC:

COLEÇÃO 50 ANOS DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO
EM CIÊNCIA POLÍTICA DO IFCH/UNICAMP

Coordenador: Andrei Koerner

ENTREVISTADO:

Paulo Sérgio Pinheiro

Entrevistadores:

Carla Vreche

Celly Cook Inatomi

Emilio Dellasoppa

Maria Silvia Duarte Hadler

Andrei Koerner

Data de realização:

07 de junho de 2024

Entrevista realizada via internet, por meio do aplicativo Zoom.

São Paulo, novembro de 2024.

INÍCIO DA ENTREVISTA

Carla Vreche: Hoje daremos sequência à série de entrevistas em comemoração aos 50 anos do Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). O objetivo das entrevistas é apresentar trajetórias dos docentes que contribuíram para a formação do Programa e reunir perspectivas acerca do momento político presente. O nosso entrevistado de hoje é o professor Paulo Sérgio Pinheiro, que atuou na Unicamp entre 1971 e 1983.

O professor Paulo Sérgio é formado em Direito pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-RJ) e tem *Doctorat en Sciences Politiques* pela Science Po, outorgado pela Universidade de Paris VIII; reconhecido pela Universidade de São Paulo (USP), como doutorado em Ciência Política. Desde 2001, ele é professor titular aposentado do Departamento de Ciência Política da USP, onde também foi um dos fundadores do Núcleo de Estudos da Violência (NEV). Com vasta atuação política, Paulo Sérgio foi Assessor Especial do governo Franco Montoro e ministro da Secretaria de Estado de Direitos Humanos do governo de Fernando Henrique Cardoso, ocasião em que, durante oito anos, colaborou na área de direitos humanos.

O professor Paulo Sérgio também foi membro fundador da Comissão Teotônio Vilela de Direitos Humanos e, igualmente, fundou a Comissão de Defesa dos Direitos Humanos Dom Paulo Evaristo Arns. Com ampla carreira internacional, ele atuou durante oito anos na Comissão Interamericana de Direitos Humanos da Organização dos Estados Americanos (OEA) e por trinta anos na Organização das Nações Unidas (ONU). Desde 2011, o professor Paulo Sérgio Pinheiro preside a comissão independente internacional de investigação sobre a Síria da ONU, em Genebra, na Suíça.

Esta entrevista é realizada pela equipe do Acervo Digital Cedec-Ceipoc, uma parceria entre o Centro de Estudos de Cultura Contemporânea (Cedec) e o Centro de Estudos Internacionais e de Política Contemporânea (Ceipoc) da Unicamp. Um dos propósitos do Acervo Digital é, justamente, realizar entrevistas com pesquisadores, explorando os impactos da situação política atual sobre as trajetórias de suas respectivas pesquisas. Além da própria equipe do Acervo Digital aqui presente, participam da entrevista a professora Maria Silvia Hadler e o professor Emílio Dellasoppa. Também gostaríamos de deixar aqui registrado nosso agradecimento ao professor Francisco Foot pelo apoio durante a preparação desta entrevista.

Iniciaremos nossa conversa sobre as atividades do professor Paulo Sérgio a partir da situação política atual. Posteriormente, abordaremos a sua trajetória acadêmica, dando especial enfoque à atuação no Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Unicamp. E, por fim, daremos enfoque à experiência posterior à sua saída da Unicamp e suas perspectivas para o futuro.

Professor Paulo Sérgio, é uma honra recebê-lo. Obrigada por ter aceitado nosso convite. Sinto-me honrada em poder, com os demais, conduzir esta entrevista. Abro a palavra, para o caso de o senhor desejar dar algumas palavras iniciais.

Paulo Sérgio Pinheiro: Eu só tenho que agradecer.

Carla Vreche: Obrigada, professor. Daremos início ao primeiro bloco de perguntas. Nele, nós gostaríamos de fazer uma reflexão sobre a atualidade, tanto a partir da sua atuação política quanto da sua experiência acadêmica. Vamos à primeira pergunta.

Quais são as limitações mais importantes no momento presente para reconstrução da institucionalidade democrática no Brasil? E quais comparações e paralelos podemos fazer entre os desafios atuais da democracia e os obstáculos postos pelas forças do Estado no período de redemocratização? Em 1992, o senhor apontou que havia consenso de que a transição democrática foi marcada pela continuidade autoritária, com forte conteúdo patrimonialista e um estilo de governo que apelava sistematicamente ao clientelismo, ao personalismo e ao prebendalismo. Qual seria a sua avaliação a respeito do presente?

Paulo Sérgio Pinheiro: Devo começar dizendo que eu acompanho mal a situação do Brasil, isso porque, há 13 anos, eu dedico 90% do meu tempo à Síria. De qualquer maneira, para responder à pergunta, é importante considerar que a democracia, como tal, nunca foi efetivamente realizada no Brasil. E isso, a meu ver, acontece por três fatores principais que podem variar em sua ordem de prevalência.

O primeiro é o racismo. Ainda que o Brasil não seja propriamente uma etnocracia *stritu sensu*, como Israel, todos os aparelhos de Estado funcionaram e funcionam em favor da população branca. É claro que houve avanços em termos de superação desse quadro, porém, os resultados ainda são extremamente limitados. Como o Emílio Dellasoppa aqui conosco sabe, nós aprendemos, com Michel Debrun, que falar de legado da escravidão é inexato porque, na verdade, os legados se transformam no correr da história: há aqueles fortes e outros mais fracos. Mas esse racismo não é apenas o dos aparelhos do Estado: nós somos uma sociedade racista. Apesar do inegável progresso obtido com o sistema de cotas e com a criminalização do racismo, o Brasil continua sendo um país racista.

O segundo fator é a questão da violência por parte do Estado e a violência ilegal no interior da sociedade. É impensável que o extermínio praticado em fevereiro de 2024 pelo governo bolsonarista de São Paulo, em Santos, seja compatível com uma democracia. O secretário de Segurança Pública do Estado é uma presença da vertente Ku Klux Klan no governo de São Paulo - aliás, outros da vertente Ku Klux Klan estão muito presentes na Câmara de Deputados, nas Assembleias Legislativas e Câmaras de vereadores, Brasil afora. A violência ilegal pelos aparelhos repressivos do Estado e a impunidade da violência do crime organizado são questões não resolvidas. A Constituição Federal de 1988 conciliou com a gestão da violência no capítulo sobre a segurança pública, que continua intocável com o molde herdado da ditadura militar. Até agora, nenhuma reforma foi feita efetivamente nele. O único que teve coragem de tentar algo foi um grande constitucionalista paulista, José Afonso da Silva - quando secretário de Segurança Pública de 1995 a 1999, no governo Mário Covas -, que lutou pelo projeto de unificação das polícias. Todavia, isso não foi apoiado pelo Congresso. Na verdade, os interessados na manutenção dessa violência estão super-representados no Congresso Nacional. E aqui eu abro um parêntese para contar uma história pessoal.

Quando Itamar Franco se tornou presidente, em 1992, José Aparecido de Oliveira, meu amigo graças a Severo Gomes, sugeriu meu nome para ser Ministro da Cultura. Porém, anunciada a nomeação, o deputado Amaral Netto, que era um extremista de direita atuante no Rio de Janeiro desde os anos 1950 e 1960, e que tinha um jornal naqueles tempos chamado *Maquis*, totalmente favorável à violência por parte da polícia, escreveu para o Itamar contestando a minha nomeação, porque eu teria ofendido o Congresso Nacional. Tudo isso, pois eu tinha dado uma mínima entrevista *ping-pong* no *O Globo* afirmando que o tráfico de drogas estava representado no Congresso brasileiro. No dia seguinte do anúncio, a nomeação foi cancelada. Um mês depois, a convite do senador José Sarney, então presidente do Senado, com o grande teórico do ecodesenvolvimento, Ignacy Sachs, participamos de um debate numa comissão. Passando pelo gabinete do senador, ouvi pelo circuito interno do Senado uma sessão conjunta da Câmara de Deputados e do Senado em que eu era chamado de “canalha” e outras coisas piores ainda. Foi uma sessão surrealista, porque não podiam fazer nada comigo, não sendo eu parlamentar. Guardo até hoje a transcrição dessa sessão, que me foi enviada pelo então senador Eduardo Suplicy.

Agora mesmo, essa decisão grotesca do Congresso Nacional de proibir a saída de presos nos momentos de aniversário, Natal e Ano Bom: mais de trezentos parlamentares foram contra o veto do presidente a esse projeto, até mesmo dois membros do Partido dos Trabalhadores (PT). Isso é algo absolutamente vergonhoso.

E o terceiro fator é a desigualdade. Além de sermos uma etnocracia branca, existe uma desigualdade a favor dos brancos, porque são eles que concentram a renda. Só o Qatar ganha de nós nesse índice. Desde Fernando Henrique, que havia proposto um imposto sobre as grandes fortunas, até agora, quando, afinal, creio que o ministro Fernando Haddad propôs algo em relação a isso, a situação permanece a mesma.

Foi essa trinca de fatores que impediu a democratização da democracia. E é preciso lembrar, como Debrun apontava, que a conciliação continua a marcar a política na consolidação da democracia sob os governos mais progressistas com a direita, tal como hoje. Agora mesmo, o governo Lula, para ter alguma base viável no Congresso, foi obrigado a incluir representantes de partidos de centro-direita e de direita em seus ministérios. No Brasil, ninguém chama de direita ou de extrema-direita aqueles dessas vertentes que põem abaixo os vetos do presidente de um governo democrático.

E aí está outro legado que impede a consolidação da democracia: depois de 1988, a direita foi caindo cada vez mais para a extrema-direita. São os racistas, os que apoiam as benesses para os mais ricos, os homofóbicos, também a favor da violência ilegal do Estado.

Então, o problema é que os governos virtuosos, efetivamente, foram os de Fernando Henrique, Lula e Dilma Rousseff – mesmo que eu seja suspeito para falar deles, pois cooperei com o governo do primeiro deles durante oito anos, exclusivamente nas políticas de direitos humanos; com o segundo, na preparação do Programa Nacional de Direitos Humanos, ainda eleito e reeleito como membro indicado pelo governo para a Comissão Interamericana de Direitos Humanos da OEA, em Washington, por oito anos; e a presidenta Dilma, que me nomeou para a Comissão Nacional de Verdade –, sempre foram obrigados a fazer alguma conciliação. Não podia ser só o governo do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB) ou do PT: eles foram obrigados a conciliar com partidos que têm a marca daquela tríade de fatores antidemocráticos.

Todavia, qual é a diferença central entre Fernando Henrique, Lula e Dilma e os governos de direita e os de extrema-direita? É que cada um desses governantes defendia a hegemonia dos valores democráticos e dos direitos humanos. O tema dos direitos humanos não era algo de importância para o governo Temer (2016 a 2019), que teve como primeiro ato a liquidação do Ministério dos Direitos Humanos, pondo abaixo a operacionalidade de uma política de Estado de direitos humanos que levou trinta anos para construirmos. Essa tendência foi aprofundada depois com o próprio governo de extrema-direita. Então, os três virtuosos tinham a possibilidade de controlar algumas propostas, alguns planos e projetos da direita e da extrema-direita. Conto uma segunda história para comentar sobre esse ponto.

Estou com Fernando Henrique antes de um almoço formal no Itamaraty e, à última hora, com alguns colegas, queríamos adicionar um trecho num discurso dele contra a diminuição da idade criminal. Essa é uma bandeira permanente da direita e da extrema-direita brasileira. Na hora, o presidente comentou de troça com o visitante com quem ele conversava: “você vê o que eles fazem comigo? Eles me obrigam a dizer coisas nos meus discursos”. Essa era uma possibilidade nos três governos. Com Lula, por exemplo, foi o lançamento da jocosamente chamada de “lei da palmada”, que é contra o castigo físico de criança. Contra a maioria da sociedade que se opunha a esse projeto, Lula falou que considerava tortura os beliscões que ele levava da mãe dele. A presidenta Dilma jamais fez alguma intervenção na Comissão Nacional da Verdade e somente leu o relatório depois de finalizado.

Não há consolidação democrática efetiva, mas é evidente que não dá para “jogar o bebê com a água do banho”. Os três governos virtuosos e o atual, ainda no começo e que não tenho condições de comentar mais especificamente por minhas ausências do Brasil, têm que ser lembrados e exaltados, porque senão todos nós todos damos tiros nos próprios pés.

Carla Vreche: Muito obrigada, professor. Você mencionou a Comissão Nacional da Verdade e a segunda pergunta é justamente sobre ela. Gostaríamos de entender como o senhor avalia o impacto da Comissão Nacional da Verdade para a expansão de manifestações de direita e ou antidemocráticas a partir de 2011.

Paulo Sérgio Pinheiro: Eu sou suspeito para falar disso, porque tive participação no processo, porém, é preciso colocar no contexto. Há muitos colegas que dizem que o Brasil chegou com quarenta anos de atraso nessa discussão e não é bem assim. É preciso dizer que o primeiro ato relativo aos direitos humanos do presidente Fernando Henrique foi a Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos (CEMDP), que estabeleceu reparações às famílias dos desaparecidos. E, na lei, há o reconhecimento da responsabilidade do Estado brasileiro pelos crimes da ditadura. Isso foi em 1985. Na França, para uma comparação, isso só aconteceu dez anos depois da nossa lei, em 1995, quando o presidente Jacques Chirac reconheceu a responsabilidade do Estado francês na deportação durante a Ocupação e apelou à vigilância e à luta contra a extrema-direita. Ele pontuou que Vichy, o regime fascista, não foi um interregno na existência do Estado francês, e que esse mesmo Estado continuava a ser responsável pelo extermínio dos franceses por meio de crimes graves perpetrados por Vichy.

No Brasil, houve uma sucessão de iniciativas relevantes para a memória e justiça, como a instalação da Comissão da Anistia, que está ligada às indenizações para aqueles que foram perseguidos ou sofreram o peso da ditadura. E, durante o tempo depois do final da ditadura, em 1985, apesar de a sociedade brasileira, na sua maioria, jamais ter se mobilizado em relação à condenação dos crimes da ditadura, os familiares de mortos e desaparecidos políticos, que a Comissão Nacional da Verdade indicou ser quinhentos, continuam na luta até hoje. Os restos mortais de pouquíssimas pessoas foram reconhecidos. Apesar da resistência da sociedade brasileira em relação ao acerto de contas com a ditadura, a luta contra a impunidade daqueles crimes teve um novo ímpeto a partir de 1985. Antes disso, é preciso lembrar também o marco do livro patrocinado por D. Paulo Evaristo Arns e pelo saudoso pastor Jaime Wright sobre os crimes da ditadura, *Brasil: Nunca Mais*¹. Esse material foi produzido por uma equipe secreta de advogados, dentre os quais Paulo Vanucchi, depois Ministro de Direitos Humanos do governo Lula, e o, posteriormente, deputado federal Luiz Eduardo Greenhalgh.

É preciso mencionar ainda uma vantagem da nossa Comissão Nacional da Verdade em comparação com dezenas de outras. Entre as quarenta ou quase cinquenta comissões implantadas no mundo, desde 1984, poucas foram estabelecidas pelo Congresso. Isso deu poder à nossa Comissão. Em vários casos, em que elas foram criadas por presidentes ou ministros, havia interferência, com mudança de membros e censura ao que estava sendo relatado. Aqui, a presidenta Dilma jamais interferiu. E se fez isso, foi somente em nosso favor, quando nós precisamos passar por alguns obstáculos burocráticos. Ela só leu o relatório final depois que nós o entregamos. Nós nunca apresentamos um *draft* para a presidenta. Isso é algo que está nos anais da idoneidade presidencial brasileira.

Antes da implantação, todos os antigos ministros e secretários de Estado de Direitos Humanos fizeram uma “romaria” ao Congresso Nacional, sob a liderança do saudoso José Gregori, acompanhados pela então ministra da pasta, Maria do Rosário, mostrando a importância da aprovação da lei enviada por Lula. Não houve nenhum problema com a liderança da, então, oposição. Falamos com Fernando Henrique e com o PSDB antes também, e não houve nenhum pedido de emenda ao projeto de lei da Comissão Nacional da Verdade na Câmara de Deputados, sob a presidência do PT. Depois da Câmara, fomos ao Senado Federal. O presidente era José Sarney, que não colocou nenhuma objeção. Eu o conhecia bem, porque ele era muito amigo do Severo Gomes, e, na hora da despedida, ao abraçar-me, ele disse no meu ouvido, “Paulo, aqui não haveria nenhum problema”, quanto à aprovação do projeto. E nomeou meu velho amigo de Paris, o então senador Aloysio Nunes Ferreira, para relator. O projeto de lei do presidente Lula foi aprovado e nada foi mexido. Passo agora para o próprio trabalho da Comissão.

Uma autora fantástica, que tem um livro² sobre Comissões da Verdade, Priscilla Hayner, uma vez perguntou ao arcebispo Desmond Tutu, que foi o presidente da Comissão da Verdade na África do Sul, qual foi a maior dificuldade enfrentada por ele. Ela estava esperando uma resposta elaborada, mas ele simplesmente respondeu que a parte mais difícil – “um verdadeiro inferno” – foi lidar com os membros. Eu não diria dessa forma tão grave,

1 Ver: Arquidiocese de São Paulo. **Brasil: Nunca Mais**. Petrópolis: Vozes, 1985.

2 Hayner, Priscilla. **Unspeakable Truths: Transitional Justice and the Challenge of Truth Commissions**. New York: Routledge, 2001.

porém, houve muitos problemas entre os membros. Existia uma ala que queria mobilizar a sociedade o tempo todo. E, claro, alguma mobilização era necessária, contudo, nossa tarefa principal era produzir o relatório. Precisávamos finalizar esse material em 2012, mas houve uma extensão até dezembro de 2014. Tínhamos que apresentar um relatório, senão seria um fiasco total. Haviam sido nomeados Cláudio Fonteles, Gilson Dipp, José Carlos Dias, José Paulo Cavalcanti Filho, Maria Rita Kehl e Rosa Maria Carneiro da Cunha, além de mim. Após a renúncia de Cláudio Fontelles e o afastamento, por causa de doença, do ministro Gilson Dipp, Pedro Dallari entrou no grupo como substituto. Com bastante autoridade, ele salvou a Comissão. Nessa época, nós já tínhamos cem funcionários ajudando os investigadores, especialistas, além dos próprios comissionados. Foi assim que conseguimos entregar o relatório. Considero que ele é um relatório que sustenta nos seus quatro volumes, os quais são facilmente encontrados na internet³.

Comparado a outros relatórios de direitos humanos, a minha avaliação é que tivemos êxito. É claro que muitas pessoas que não entendiam o papel das Comissões da Verdade ficaram frustradas, porque não houve condenação. Nenhuma Comissão da Verdade no mundo foi tribunal. Mas, de certa maneira, pela primeira vez, nós indicamos os responsáveis pela tortura. Desde o primeiro grau, ou seja, os presidentes e os ministros – indicados como mandantes ou responsáveis, pois descobrimos que todos os chefes dos centros de tortura estavam lotados burocraticamente no gabinete do ministro da Defesa. Também indicamos os de segundo nível, que eram os burocratas e administradores dos lugares onde ocorria a tortura, e aqueles que a operavam diretamente.

A Comissão teve um apoio muito grande do embaixador Celso Amorim que, na época, era Ministro da Defesa. Celso abriu sete quartéis e uma base naval em que era praticada a tortura. Essas foram visitas muito constrangedoras, porque os jovens oficiais ali presentes não tinham nada a ver com as torturas e os mais antigos não eram os generais no tempo da ditadura. Era um embaraço, ainda, pois havia arquitetos e engenheiros, medindo e avaliando o espaço, e as próprias vítimas, identificando o local. Além disso, também foram realizadas entrevistas sobre alguns casos, como com o coronel Carlos Alberto Brilhante Ustra e muitos outros torturadores.

É claro que, durante esse processo, a extrema-direita Ku Klux Klan, da qual participava o inominável presidente de extrema-direita, então deputado federal, fez cinquenta e sete discursos ofendendo a Comissão Nacional da Verdade na Câmara dos Deputados. Depois de publicado o relatório, evidentemente, surgiram algumas interpretações culpando o trabalho da Comissão, como se ela tivesse provocado as Forças Armadas, como aquela fala deplorável do general Villas Boas, dizendo para o Supremo Tribunal Federal (STF) condenar Lula. Houve um caso em que fomos processados por um general, porque o pai dele foi colocado entre o escalão médio de responsáveis pela tortura. Se me recordo bem, apresentamos vinte e seis recomendações. Imitando o Uruguai, nós criamos, porém, uma Secretaria de seguimento das recomendações, que foi um dos últimos atos assinados pela presidenta Dilma. Na época, o ministro de Direitos Humanos era Rogério Sottili. A primeira delas trata justamente da “autoanistia” dos militares, depois ratificada pelo Supremo. Lamentavelmente, o governo golpista do presidente Temer e o governo de extrema-direita nada fizeram com as recomendações.

3 Disponível em: <https://www.gov.br/memoriasreveladas/pt-br/assuntos/comissoes-da-verdade/cnv>. Acesso em 13 jun. 2024.

Em resumo, ainda que eu seja suspeito, penso que a experiência da Comissão no contexto brasileiro, com uma sociedade que não se importa com os mortos e desaparecidos políticos e com as condenações dos militares e civis que cometeram crimes de direitos humanos e contra a humanidade, foi um milagre.

Carla Vreche: Partindo da sua resposta, unirei a terceira com a quarta pergunta, pois acredito que as considerações apresentadas anteriormente podem ser aproveitadas para elas. Gostaríamos de saber quais fatores políticos levaram à criação da Comissão Arns e, ainda, considerando a sua atuação na criação e preparação do primeiro Plano Nacional de Direitos Humanos (PNDH), qual seu entendimento a respeito da necessidade de revisão desse texto no contexto atual?

Paulo Sérgio Pinheiro: Começo dizendo que a comunidade de defensores de direitos humanos, durante o governo Dilma (2011 a 2016), se dividiu. Isso porque um número grande dela foi a favor do *impeachment*, enquanto outro grupo foi contra, como eu e vários colegas. A situação permaneceu durante o governo Temer, quando o candidato Ku Klux Klan começou a se mostrar e nós ficamos preocupados. Então, eu conversei com Paulo Vanucchi e com José Gregori, para recuperarmos a nossa experiência na luta por uma política de Estado de direitos humanos. Algumas das pessoas que fazem parte da Comissão Arns foram da Comissão Teotônio Vilela, como José Gregori, José Carlos Dias e Margarida Genevois – que continua a ser um exemplo para todos nós –, que foi fundada por Severo Gomes. Aliás, se Severo estivesse vivo, comemoraria o seu centenário no dia 24 de julho deste ano. Fizemos algumas reuniões internas entre amigos que estavam um pouco afastados, na casa da minha filha Marina Pinheiro e na do José Gregori, para falar do golpe parlamentar conduzido pelo vice-presidente Temer e o *impeachment*.

Nós tínhamos tanto medo do fracasso na instalação da Comissão Arns, em fevereiro de 2019, que, para o dia do lançamento, começamos a pensar em um auditório para sessenta pessoas, porque esse é um número razoável de pessoas para se encher uma sala. Outros, porém, tiveram mais coragem e incentivaram a fazer o evento na sala dos estudantes, que tem duzentos lugares. Quando chegou o dia, havia uma multidão de mil pessoas na sala dos estudantes. Alguns sugeriram ainda mudar para o salão que tem aquele retrato maravilhoso do imperador Pedro II, que manteve seus escravos até 1888. Foi um inesperado sucesso.

Margarida Genevois é presidente de honra da Comissão Arns⁴. Durante o primeiro ano, eu fui presidente e, depois, fui sucedido por José Carlos Dias e por Maria Vitória Benevides. Agora, Laura Greenhalgh está na Diretoria Executiva. No total, são vinte e dois membros. *In memoriam*, Dalmo Dallari e José Gregori.

Abro um parêntese para comentar uma questão importante a respeito da sociedade civil brasileira, que é o silêncio estrondoso sobre o genocídio em curso em Gaza por Israel, considerando a própria medida cautelar da Corte Internacional de Justiça, o tribunal internacional supremo na ONU. Nenhuma entidade de direitos humanos, em oito meses desde que

4 Para conhecer membros e atividades da Comissão Arns, ver: <https://comissaoarns.org/pt-br/>.

a guerra do Estado de Israel contra os palestinos em Gaza, no Brasil, se manifestou a respeito, com exceção das Vozes Judaicas pela Libertação e entidades árabes e palestinas. Nenhuma comissão ligada aos negros, indígenas, mulheres, crianças e também os LGBTQI+, nenhuma voz. Ninguém nunca disse nada. Mesmo que, como Desmond Tutu uma vez lembrara, a questão da Palestina tenha uma centralidade na luta universal pelos direitos humanos.

Sobre o PNDH, é necessário primeiro comentar que ele foi uma determinação do Programa e a Declaração de Direitos Humanos da Conferência Mundial de Direitos Humanos, realizada em Viena, em 1993. Ali havia a indicação de que os países deveriam estabelecer planos de ação sobre direitos humanos. A Austrália foi um dos primeiros e, se não me engano, a África do Sul também.

No Brasil, foi durante o governo Fernando Henrique (1995 a 2002) que tivemos a ideia de fazer um plano de ação que foi chamado de “Programa Nacional de Direitos Humanos”. A primeira versão foi, basicamente, sobre direitos civis e políticos. Em 1996, isso aconteceu para não mexer com as áreas de economia do governo, que não tinha nenhum envolvimento com as questões de direitos humanos. Havia críticas, claro, no sentido de que os direitos humanos são indivisíveis, mas, de uma maneira tática, fizemos isso. A construção do texto se deu a partir de uma consulta organizada pelo Núcleo de Estudos da Violência (NEV/USP), sob a liderança do saudoso cientista político Paulo de Mesquita Neto – que foi o relator executivo do I e II Plano Nacional de Direitos Humanos –, que aceitou a tarefa. Depois, para a segunda versão, implementada a partir de 2002, fizemos um programa tomando todas as dimensões dos direitos humanos, os direitos civis e políticos, mas igualmente os econômicos, sociais e culturais.

Durante o primeiro governo do presidente Lula (2003 a 2006), os secretários de Estado de Direitos Humanos não mobilizaram muito o trabalho do II PNDH que, como comentei, foi muito mais completo do que a primeira versão. Foi quando Paulo Vannuchi se tornou ministro, no começo do segundo governo Lula (2007 a 2011), e resolveu fazer o PNDH III. Esse Plano foi formidável, pois é muito mais vasto em termos de mobilização, com assembleias formais em todos os estados brasileiros. Além disso, abordou novos direitos, como o direito à verdade e à memória, que é o lugar em que estava o projeto da Comissão Nacional da Verdade. Posteriormente, por uma celeuma entre os ministros, o presidente Lula teve a feliz ideia de separar a parte da Comissão Nacional da Verdade e nomear uma equipe para escrever uma lei. Participei desse processo também. Preciso ainda fazer um elogio a Paulo Vannuchi. O PNDH III foi publicado em volumes impressos com o prefácio do presidente Fernando Henrique às versões anteriores, do PNDH I e II. Não pode haver maior continuidade em termos de uma política de Estado de Direitos Humanos que esse fato.

No que diz respeito a sua pergunta sobre revisão, eu considero que isso daria muito trabalho. É melhor não rever, mas controlar a implementação do conteúdo dos PNDH. É evidente que há alguns direitos que a etnocracia cedeu, isso em relação aos próprios cidadãos e cidadãs negras e, igualmente, ao grupo de LGBTQI+. Existe outra atmosfera. Mas, ela é também outra porque o que se chama extrema-direita nos costumes – e não só ela –, tem uma presença avassaladora no Congresso Nacional. Existe uma vasta bancada evangélica que é contra o reconhecimento de novos direitos.

Adiciono uma nota de rodapé sobre como fui parar no governo Fernando Henrique. Meu saudoso amigo Marco Aurélio Garcia, historiador e resistente à ditadura, que era um companheiro estreito do presidente Lula, resolveu me perguntar se eu não queria participar de uma coisa genial e admirável chamada “governo paralelo”, que existe na Inglaterra - o *shadow cabinet*. Lula criou várias pastas e a minha era a dos direitos humanos e segurança pública. Eu fiz audiências e participei da redação do projeto. Porém, Lula foi derrotado nas eleições. Foi então que, outro amigo de Paris, o saudoso embaixador Sérgio Amaral, que era Ministro das Comunicações, me ligou para perguntar se eu não aceitaria colaborar na área dos direitos humanos do governo Fernando Henrique. Como, para mim, uma política de Estado de direitos humanos não tem partido, eu aceitei o convite. Aliás, devo dizer que eu nunca me envolvi ou admiti nada que não tivesse relação com os direitos humanos.

Outra anedota: aprendi no governo que ter acesso ao presidente ou ao governador é uma vantagem, você pode pedir algo em nome deles porque nenhum interlocutor tem coragem de verificar com o próprio mandante invocado. É claro que no governo Montoro (1983-1987), em São Paulo, do qual fui assessor especial, e no governo Fernando Henrique, eu informava a eles o que fazia ou pretendia fazer. Mas, na implementação, a invocação dos mandatários ajudava a derrubar as barreiras burocráticas.

Carla Vreche: Está ótimo, professor, muito obrigada pela resposta. Agora nós vamos iniciar o segundo bloco de questões, que entra na sua trajetória na Unicamp. Como primeira pergunta, vamos dar um passo atrás. Tendo sido sua formação principal Direito, gostaríamos de entender como se deu a sua passagem para as Ciências Sociais e, particularmente, para a área de Ciência Política. No doutorado, quais eram a sua agenda de pesquisa e suas principais referências teóricas e acadêmicas? O que o levou a estudar em Paris e quais os seus contatos e experiências mais importantes do período?

Paulo Sérgio Pinheiro: Muito sinteticamente, é sobre como eu fui parar em Paris. A minha mãe e a minha avó queriam que eu fosse para o Colégio Naval, porque o meu avô era da Marinha. Salvei-me disso, por ter usado, durante anos, um objeto de tortura – uma palmilha do *Dr. Scholl* de metal coberta de couro nos pés –, porque eu tinha pé chato. Já que eu não pude ir para a Marinha, me coube, por elas, o projeto de ser diplomata. Desde os sete anos de idade, eu tinha professora de inglês e de francês (que havia sido escolarizada em francês), em casa, duas vezes por semana. Eu fazia as aulas junto com meu irmão Pedro Carlos, hoje um consagrado ortopedista especialista em crianças. Uma daquelas professoras, inclusive, era sobrinha da Thérèse de Lisieux, uma santa do século XIX, na França. Também tive uma professora de francês que se chamava Olga e que eu estava convencido de que ela era uma antiga princesa russa. A de inglês, Ms. Lilly Pinnock, invariavelmente de chapéu no verão e inverno, nos dava livros de Natal em inglês, da Casa Crashley no Rio. Pois bem, em 1964, eu fiz o concurso do Itamaraty e não passei. E foi justamente em francês. A minha então professora suíça, Mme. Louise Jacquier, com seu gato que passeava pela mesa da aula na casa dela, já com idade avançada, quase me agrediu fisicamente. Como eu já tinha me formado em Direito na PUC-Rio, resolvi me candidatar para uma bolsa na França. Era o governo De Gaulle e muitos canadenses e latino-americanos ganharam bolsas generosas. Eu fui um desses. Ganhei uma bolsa de 750 francos. E, em 1967, o Itamaraty dava mais 90 dólares por mês.

Foi assim que me inscrevi no *Institut d'études politiques*, hoje a Universidade *Sciences Po*. E por que fiz isso? Eu não sabia bem aonde ia, mas participei de um seminário sobre Ciência Política organizado pelo saudoso Cândido Mendes e fiz contato com alguns professores. Um deles foi Jean Marie Domenach, que era o diretor da revista católica e progressista *Esprit*, que existe até hoje. Na ocasião, também conversei com o líder católico Alceu de Amoroso Lima e com o cronista Tristão de Athayde, que era professor na PUC, onde eu assistia suas aulas, e frequentava o Centro Dom Vital, católico, no centro da cidade onde ele tinha seu escritório. Perguntei a ele para onde eu deveria ir estudar na França e ele, como havia feito Domenach, falou da *Sciences Po*. Disse-me que o arcebispo de Botucatu, Frei Henrique Golland Trindade, tinha um sobrinho naquela escola. Quem era essa figura? O grande Héglio Trindade, que fez um livro, hoje um clássico sobre o integralismo⁵ e, depois, se tornou reitor da Universidade do Rio Grande do Sul (UFRGS). Então, Dr. Alceu escreveu uma carta para o arcebispo, que me enviou um cartão com o endereço de Héglio.

Foi assim que eu fui parar na *Sciences Po*. Foi uma maravilha, certamente era a melhor biblioteca de Ciências Sociais na Europa. Lá não era como nos Estados Unidos, em que se pode ir diretamente às estantes, mas eu podia acessar todos os tipos de livros. Eu comecei minha trajetória lá na licenciatura, porém, como já tinha um bacharelado em Direito, passei para o doutoramento. Mais um detalhe: meu diretor de tese para a bolsa do governo francês foi o Padre Jean Yves Calvez, que escreveu um livro⁶ que eu tinha lido, e ele mesmo ligado à Teologia da Libertação no Brasil. Durante quatro anos ele assinou a renovação da minha bolsa de estudos com meu projeto sobre o Comintern e o Brasil, mesmo quando se tornou o todo poderoso Provincial da Sociedade de Jesus, dos jesuítas na França e assistente geral do Superior da ordem em Roma.

Em maio de 1968, foi criada na *Sciences Po* uma Comissão Paritária de alunos e professores, todos muito elegantes e distintos; e tornei-me um dos membros. Isso já era uma revolução. Os professores estavam apavorados com o que estava acontecendo no país. Lembro-me de uma vez haver barricadas no prédio de salas em frente à sede da *Sciences Po*, na rue Saint Guillaume – onde, durante este ano de 2024, os alunos fizeram uma demonstração a favor dos palestinos em Gaza –, ao lado do Institut de l'Amérique Latine, e os estudantes de extrema-direita queriam entrar com bastões para nos dar uma surra. Nós conseguimos aguentar a porta e eles não entraram na nossa sala.

Devo dizer que, em Paris, conheci a Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH), USP, porque muitos de seus professores visitantes ou exilados iam lá dar seminários. José Albertino Rodrigues, que estava terminando sua tese de doutoramento sobre o sindicato no Brasil, e o próprio Fernando Henrique, que ensinava na Universidade de Nanterre, e que eu conheci, em 1967, num jantar na Rue Monsieur Le Prince, com dois outros sociólogos do Rio, meus amigos: Silvio Gomes de Almeida e Ana Maria Moscovitz. Também foi ali que conheci Maria do Carmo Campello de Souza, a Carmuti, e Maria Isaura Pereira de Queiroz, entre muitos.

5 Trindade, Héglio. **Integralismo: o fascismo brasileiro na década de 1930**. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2016.

6 Calvez, Jean Yves. **La Pensée de Karl Marx**. Paris: Points, 2006 [1956].

Agora, com relação à Unicamp, eu já tinha defendido minha tese de doutoramento⁷, quando recebi duas recomendações para ir para lá. A primeira foi de José Guilherme Merquior, que conheci no Rio durante minha preparação para o concurso de diplomata, e que conhecia o diretor do IFCH e um dos fundadores da Unicamp, o professor Fausto Castilho; e fui igualmente recomendado ao Fausto por outro colega extraordinário, que já tinha cursado a Unicamp, o sociólogo André Villalobos. Em 1971, eu comecei a ensinar lá, sem nunca ter feito isso na minha vida.

Foi formidável! Não só pelos alunos, como Maria Silvia e Emílio, que estão aqui, mas porque havia uma equipe extraordinária de professores, entre eles, estrangeiros, como Michael Hall, que foi meu coautor e amicíssimo desde sempre, e Michel Debrun, o meu mestre. Eu fui muito feliz na Unicamp, porém, morar em Campinas, para mim, era um pouco difícil. Eu dirijo mal e tive dois desastres na estrada indo para Campinas. Foi por isso que resolvi me candidatar para a USP para um cargo de professor assistente. Lá eu cheguei recomendado pelo professor Francisco Weffort.

Weffort foi até o meu procurador, porque eu estava nos Estados Unidos nessa época. E o que aconteceu? O concurso foi adiado. Esperei que duas futuras colegas minhas acabassem o doutoramento para eu não trancar a nomeação, tendo doutoramento. Mal eu saí do governo de Franco Montoro (1983 a 1987), em que fiquei até 1987, José Goldemberg, que era reitor da USP, me nomeou assessor dele para criar o que viria a ser o Núcleo de Estudos da Violência, o NEV. O antropólogo Peter Fry, que participou da fundação do IFCH na Unicamp, era o representante da Ford Foundation no Rio e nos ajudou nesse processo. Somente me aposentei em 2001 por causa do aprofundamento de minha colaboração na área de direitos humanos no governo FHC, em Brasília. Dei aula no exterior até 2013.

Carla Vreche: Muito obrigada, professor. Agora eu vou passar a palavra para a Celly, que vai entrar em pontos específicos sobre sua trajetória na Unicamp.

Paulo Sérgio Pinheiro: Obrigado, Carla.

Celly Cook Inatomi: Obrigada, Carla. Boa tarde, professor. O senhor já comentou que chegou à Unicamp em agosto de 1971, se não me engano, como assistente. Nos tempos iniciais do IFCH, o senhor teve participação nas discussões em torno da criação do curso de graduação em Ciências Sociais e, além disso, como também já foi comentado, teve uma relação próxima com o professor Fausto Castilho, com o professor Michel Debrun e André Villalobos. Sabemos também da sua interlocução com o professor Luiz Orlandi. O senhor poderia nos contar um pouco mais sobre como foi essa chegada na Unicamp? Como seus temas de pesquisa dialogavam, naquele momento, com as discussões que se desenvolviam no IFCH? Houve outros interlocutores importantes?

⁷ Pinheiro, Paulo S. *La fin de la Première République au Brésil: crise politique et révolution 1920-1930*. Doctoral ès études politiques. Université Paris 1 Pantheon-Sorbonne, 1971.

Paulo Sérgio Pinheiro: Primeiro, devo confessar que a minha memória falha. Como comentei antes, quando eu cheguei na Unicamp, nunca tinha dado aula na minha vida. Se não me engano, comecei a dar aula no primeiro ano. Ainda não havia o Departamento de Ciência Política, mas o que eu ensinava no Conjunto da Política era basicamente o que eu tinha pesquisado sobre movimentos sociais, Partido Comunista e classe operária. Não me lembro dos meus programas de aula, porém, era muito influenciado por um professor da Universidade de Vincennes, que foi criada depois de maio de 1968, um cientista político grego radicado na França, Nicos Poulantzas. Ele foi professor de vários dos meus colegas, como Guilherme Lustosa da Cunha e outros brasileiros. Poulantzas tinha um livro sobre as classes sociais e o poder político⁸ e um sobre fascismo e ditadura⁹ que tiveram muita influência sobre mim. Minha tese foi mesclada com o pensamento dele e eu aproveitei isso no doutoramento da *Sciences Po*, que era ligada a essa temática. Aos poucos, da questão da classe operária e do comunismo, eu fui passando para a questão da violência, não só da repressão ao movimento operário, mas para a violência em toda a sociedade brasileira.

Passei a tentar entender por que a violência era tão presente nesse período. Muitos alegavam que isso era um legado da ditadura e, para mim, isso é um total equívoco. É evidente que não é um legado direto da ditadura, porque a tortura sempre foi empregada no Brasil. Abro um parêntese para comentar algo que considero absurdo. Temos hoje esse constrangimento de ver o atual ministro da Marinha, em maio de 2024, se posicionar contrário à inclusão do nome de João Cândido no Livro dos Heróis. João Cândido fez a Revolta da Chibata, dos marinheiros que eram açoitados pelos oficiais superiores. Como é que essa atitude pode permanecer na mente das elites brasileiras? Enfim, foi a partir dessa indagação que passei a ir em direção à qualificação do autoritarismo.

É claro que o meu mentor principal foi Michel Debrun. Ele era uma figura extraordinária. Há um livro dele sobre Gramsci¹⁰, que ele não queria publicar porque, segundo comentou comigo, não sabia “se sou eu mesmo ou é o Gramsci”. Quando ele morreu, após a autorização da família, nós o publicamos. É um livro póstumo extraordinário. Michel era contra publicar qualquer coisa. Consegui arrancar outros artigos dele e fizemos uma coletânea original chamada *A Conciliação e Outras Estratégias*¹¹. O Emílio conhece esse material. Ele dominava a história política brasileira. Não só o Império, mas também a Primeira República. A cabeça dele era a melhor para me orientar, mas eu também tinha outros interlocutores.

Um deles foi Alfred Stepan, meu colega de Columbia, uma figura generosíssima e que escreveu muito sobre o autoritarismo no Brasil e a respeito dos militares. Outra influência relevante foi a de Ignacy Sachs, porém, em uma vertente mais social e da ecologia. Guillermo O'Donnell foi outra figura igualmente importante. Grande cientista político, para mim, foi decisiva a análise dele dos autoritarismos burocráticos, mas também os artigos escritos durante a estada dele no Brasil. Nos anos 1990, na esteira de Guillermo O'Donnell, eu escrevi um artigo sobre autoritarismo socialmente implantado. Não é esse autoritarismo visível da ditadura de 1964 ou de 1937, porque entre 1945 e 1964 se torturou à vontade, e as polícias

8 Poulantzas, Nicos. **Poder político e as classes sociais**. Campinas: Editora Unicamp, 2019.

9 Poulantzas, Nicos. **Fascismo e Ditadura: A III internacional face ao fascismo**. Curitiba: Enunciado Publicações, 2021.

10 Debrun, Michel. **Gramsci: Filosofia, Política e Bom Senso**. Campinas: Editora Unicamp, 2001.

11 Debrun, Michel. **A Conciliação e Outras Estratégias**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1983.

matavam impunemente. Essas práticas não foram legadas. A etnocracia e esse autoritarismo socialmente implantado são renovados a cada período. Não é um pacote ou um embrulho que um governo entrega a outro, há uma continuidade.

Celly Cook Inatomi: É muito interessante o senhor citar e falar do trabalho do professor Michel Debrun. Muitos alunos e professores, com os quais nós já conversamos, falam muito dele. Outros professores, que não necessariamente eram da formação da Ciência Política dentro da Unicamp, também são sempre mencionados. Eles tiveram grande impacto curricular, na formação dos alunos e no quadro de pesquisas, especialmente, porque o Conjunto da Ciência Política tinha um caráter interdisciplinar. Eu gostaria de saber qual foi o impacto dessa vivência interdisciplinar na sua forma de dar aula e pesquisas.

Paulo Sérgio Pinheiro: Eu me considero um exemplo vivo da interdisciplinaridade. Porque, na verdade, os limites entre a História, a Sociologia e a Ciência Política são muito tênues. Durante algum tempo, acredito que tenha feito um trabalho muito histórico. O que mais gostei foi de trabalhar nos arquivos nos Estados Unidos e, depois, também na coleção do *International Institute of Social History*, na Holanda, em Amsterdã. Rudolf de Jong, um historiador do anarquismo, igualmente foi nosso interlocutor e eu trabalhei lá por muito tempo. Depois, eu promovi a cópia em microficha e microfilme do arquivo Arthur Bernardes. Instalei uma câmara de reprodução de microfilme no apartamento do filho dele no Rio de Janeiro, o senador Arthur Bernardes, que era muito amigo de Severo. Esses momentos foram muito marcantes para mim.

Convivi o tempo todo com Debrun desde que cheguei na Unicamp, em maio de 1971. Até ele morrer, em 2017, nós nos falávamos quase toda semana. Talvez ele nem soubesse, mas o Debrun me influenciou profundamente pela abertura dele à História. Na verdade, ele era filósofo, historiador e cientista político. Considero que me embaralhei nesses elementos dessas disciplinas.

Lembro que, quando cheguei na Unicamp, criei no IFCH um seminário interdisciplinar. Convidei professores que conhecia de outros lugares, como de São Paulo, por exemplo, Walnice Nogueira Galvão, para fazerem seminários na Unicamp no fim do dia. Primeiro, uma malfadada Kombi e, depois, um Chevrolet Opala negro foram enviados para buscar os convidados. Não sei quantos encontros desses foram feitos, mas isso ajudou muito a interligação com professores de outras áreas. Luiz Carlos Bresser-Pereira foi um desses convidados. Inclusive, participei de uma comissão com ele e Hélio Jaguaribe no IFCH para a fundação de um mestrado latino-americano.

Devo dizer que, quando eu cheguei na Unicamp, eu não me manifestei muito. Primeiro, porque nunca tendo dado aulas antes, não sabia o que dizer e o que fazer quanto à organização disciplinar. Acredito que tenha participado das reuniões departamentais e até participei da comissão curricular da Unicamp, mas fugia muito desse tipo de atividade. O maior tempo perdido da minha vida foi durante as reuniões do Departamento de Ciência Política da USP, até cinzeiros ameaçavam voar e ofensas eram feitas entre os colegas. Era algo grotesco perder duas horas inúteis. Devo ter participado das reuniões departamentais na Unicamp também,

mas não contribuí com quase nada. Posso ter dado algumas sugestões para a construção do curso de graduação. Com relação à pós-graduação, não me lembro de absolutamente nada, contudo, devo ter participado.

Celly Cook Inatomi: O projeto é de 1973 e a pós-graduação começou em 1974.

Paulo Sérgio Pinheiro: Não falei muito ainda de Fausto Castilho. Muito culto e erudito, ele foi o pai fundador de tudo. Fausto foi o responsável por muito do que surgiu no IFCH, pelos convites aos participantes estrangeiros e recrutamento de colegas eminentes.

Quanto ao Programa de Ciência Política, não me lembro de ter nenhuma responsabilidade. Devo ter votado a favor e apoiado pontos de projetos. Lamento frustrar vocês, porque esta entrevista faz parte do momento de comemoração da fundação do Programa.

Celly Cook Inatomi: Muito obrigada pela sua resposta, professor. Quando o senhor chegou na Unicamp, tinha uma área de pesquisa que não estava sedimentada, mas que já era forte, que é a do sindicalismo, e sua pesquisa se voltou para esse tema. Quais eram suas outras agendas de pesquisa, os principais referenciais teóricos e metodológicos, e como isso estava relacionado com o seu doutorado?

Paulo Sérgio Pinheiro: Nessa fase, ainda estava ligado à questão mais geral do movimento operário. Por sugestão de Michael Hall, fiquei sabendo da existência do arquivo de Edgard Leuenroth, que estava ameaçado de ir para os Estados Unidos com John Dulles, filho de John Foster Dulles, um historiador americano que esteve na USP. Sabendo disso, nós tentamos construir a compra pela Unicamp. Isso aconteceu com o apoio de Antônio Cândido, Fernando Novaes, Carlos Guilherme Mota e daquele que deveria ser – mas eu não tenho certeza disso – examinador de meus projetos durante 25 anos na Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (Fapesp) – o grande professor e sociólogo Aziz Simão; outra figura gentil e extraordinária, com um conhecimento profundo de todo o período do anarcosindicalismo e do comunismo. Foi a partir desse acúmulo de projetos, por mim e por colegas, que conseguimos comprar o arquivo.

No futuro, quando nós estivermos todos mortos, ninguém vai entender como é que se criou um Arquivo histórico baseado no acervo de um anarcosindicalista. Isso era coisa impensável durante aquele período da ditadura. Porém, o reitor Zeferino Vaz, cientista reconhecido, era da confiança do comando do exército em Campinas. Antes, com Michael Hall, fui visitar o arquivo no Brás e parecia que estávamos numa visita a uma catedral submersa. Estava tudo lá. Nós ficamos maravilhados com aquilo. E, depois, tudo veio para a Unicamp e se tornou a base do Arquivo Edgard Leuenroth (AEL), hoje instituição de primeiro mundo. Graças ao trabalho de todos os professores que nos sucederam de modo formidável, o AEL está totalmente consolidado. Paro aqui para contar outra anedota sobre Zeferino.

Em 1975, nós fizemos a *Conferência sobre História e Ciência Social* que, na verdade, era sobre autoritarismo no Brasil e no mundo. Foi financiado pela Fundação Ford, especialmente

graças a seu representante da Fundação Ford no Brasil, o grande historiador da cultura Richard Morse, da Yale University. Com esse apoio, nós conseguimos trazer Eric Hobsbawm, Arno Mayer – grande historiador do nazismo e do holocausto –, Juan Linz – analista dos regimes autoritários –, Ken Erickson – que trabalhava com a história operária – e Guillermo O'Donnell. Para receber esses visitantes, Zeferino ofereceu um almoço. Lá, ele ficou ao lado da estrela principal, que era Eric Hobsbawm, e na conversa falou o seguinte: “Professor, está vendo todos esses jovens aqui? São todos comunistas, mas são competentes e excelentes professores”. Foi o próprio Hobsbawm que me contou isso. Zeferino comprou um arquivo anarquista durante o regime militar e sabia muito bem que todos os envolvidos no processo de compra eram opositores do regime.

Outro ponto que consolidou a pesquisa sobre a história operária e o próprio Arquivo foi o apoio de Severo Gomes. Eu o conheci quando cheguei em São Paulo, em 1971, através de uma sobrinha dele, Mariana Rodrigues Alves, e de um grande amigo desde a Faculdade de Direito da USP, Fernando Milana, cujo filho era aluno meu. Ficamos muito amigos. Depois, Severo virou ministro da Indústria e do Comércio, durante o governo Geisel (1974 a 1979), que tinha como lema a questão da transição “lenta, gradual e segura”. Até esse momento, nós nunca tínhamos recebido nenhum financiamento do governo, diferentemente de outras áreas na Unicamp e no IFCH, como a Economia. Foi quando eu apresentei a Severo o nosso desejo de fazer uma pesquisa sobre a história da industrialização em São Paulo com imagens e entrevistas. Esse apoio permitiu a consolidação do AEL também. Quando ele veio para a abertura do convênio, Michael Hall até colocou gravata e paletó.

Voltando à sua questão, eu devo demais tudo o que eu escrevi a Michael Hall. Depois, quando eu transitei para a questão da repressão à classe operária e às classes populares na sociedade, olhando para o funcionamento dos aparelhos repressivos, liamos a leitura de Gramsci feita por Althusser, que falava dos aparelhos ideológicos do Estado. Em uma segunda transição, passei a olhar para a questão da violência e da transição política. Isso desde o início do governo Geisel e durante o governo Figueiredo (1979 a 1985). Na época, eu estava no governo Montoro como assessor especial do governador. Aliás, todas as xerox de materiais da Comissão Teotônio Vilela que Severo formou em 1982, quando de um massacre de pacientes pela PM no Manicômio de Franco da Rocha, foram feitas no meu gabinete no Palácio Bandeirantes.

Eu dividia um gabinete com Eduardo Muylaert. Ninguém no Palácio gosta de dividir salas, mas Eduardo era meu velho amigo de Paris. Nós tínhamos algum poder, ao menos, o da “maçaneta”. O chefe do cerimonial, o embaixador Pimentel, amigo meu de adolescência no Rio de Janeiro, nos colocava nos jantares formais para visitantes chefes de Estado em mesas bem longínquas do centro onde ficavam os convivas mais importantes. Com o embaixador, negociamos da nossa posição de poder (o acesso ao gabinete do governador) para termos um *upgrade* nessas solenidades. Dissemos “você não vai entrar mais aqui, se não nos mudar de mesa”.

Celly Cook Inatomi: Obrigada, professor. Por causa da sua resposta, eu vou mudar um pouco a ordem das três últimas perguntas desse bloco. Já foi mencionada a passagem da temática do sindicalismo para a repressão de trabalhadores e a questão das ideologias. Na pós-graduação em Ciência Política, o senhor lecionou algumas disciplinas, como “Teoria do

Estado”, “Ideologias Políticas no Brasil” e “Trabalho e História Social no Brasil”. Poderíamos dizer, então, que essas disciplinas acompanhavam as temáticas com as quais o senhor passou a trabalhar com o tempo? Ou elas seguiam uma outra ordem?

Paulo Sérgio Pinheiro: Sem dúvida, os cursos que você citou refletiam o que eu estava escrevendo e estudando. Seria muito difícil preparar aulas sobre outros temas. Isso era muito positivo no Departamento dirigido por Debrun: os professores ensinavam o que queriam e que estavam pesquisando. Nós ensinávamos o que nós decidíamos, claro, dentro das balizas obrigatórias mínimas do programa de cada disciplina

Estou selecionando artigos para um livro que a historiadora Heloísa Starling e um doutorando em Filosofia, preparando uma tese sobre August Comte na USP, Matheus Ichimaru, estão preparando sobre mim. Revi todos esses períodos que você comentou: a dedicação à questão da classe operária, depois o tema da violência e do autoritarismo e, por fim, o olhar para os organismos multilaterais e os direitos humanos.

Celly Cook Inatomi: Obrigada, professor. Antes de passar a palavra para a professora Maria Silvia, tenho uma última pergunta. Embora o senhor tenha dito que não gostava muito das atividades departamentais burocráticas do Conjunto, analisando os processos de criação do Programa de Mestrado em Ciência Política, é possível ver muito a sua presença assinando documentos e pedidos para a criação do Programa. Com isso, eu gostaria de tentar lembrar aqui, com o senhor, como se pensava, naquele momento, a formação dos pesquisadores na área de Ciência Política. Quais eram os objetivos dessa formação e quais eram os referenciais teóricos principais que vocês tinham em mente para fundamentar isso?

Paulo Sérgio Pinheiro: Cheguei até a ser chefe de Departamento de Ciências Sociais em algum momento, portanto, tinha que assinar esses documentos de contratação. Cada um dos recrutados, apesar de não me lembrar de todos, trazia uma bagagem. Por exemplo, Plínio Dentzien e Evelina Dagnino tinham uma experiência muito grande da sociologia americana e isso era totalmente novo. E, naturalmente, nós estávamos todos muito ligados a Debrun que, anteriormente, tinha sido pesquisador do Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB), apesar de bastante crítico ao ISEB. Cada um trazia a sua formação e o legado de seu trabalho. Fausto também conseguiu conduzir bem a situação da diversidade de experiências de cada docente. Ele já tinha tido a experiência na Universidade de Brasília (UnB).

Acredito que todos nós tínhamos noção de que estávamos numa ditadura e no IFCH vivíamos um momento excepcional. O IFCH não existiria se Fausto não tivesse investido nisso. Só alguém considerado absolutamente visionário inventa de criar um núcleo progressista e crítico do autoritarismo, em plena ditadura. Como comentei, foi ele também que começou com as tratativas para a compra do arquivo de Edgard Leuenroth. Foi ainda importante a existência de outros, com coragem, como Michel Debrun e Michael Hall. Aliás, de repente, Michael foi expulso do Brasil, em um momento em que ele estava dando aula na Alemanha. Isso foi, para mim, um choque total. Consegui, com os meus circuitos, que ele tivesse autorização para ensinar aqui, onde ficou até hoje. E Debrun era corajoso também, tinha um

currículo incrível, inclusive representando a UNESCO na Grécia. Era homem de cultura e, evidentemente, totalmente a favor da democracia. Não posso dizer exatamente como contribuição minha, talvez, Emílio e Maria Silvia se lembrem disso, Michael deu alguns cursos comigo e eu dividi com ele alguns outros na História. Sempre convidava professores de vertentes diferenciadas para participar das aulas. Na minha visão, isso deu uma vivacidade ao respectivo Programa de Pós-Graduação que nem sempre existe em outras experiências.

É preciso dizer que vários professores visitantes vieram para a Unicamp e igualmente agregaram bastante à experiência. E a Fapesp era muito generosa. Houve apenas um veto, que veio dos militares, ao meu amigo e colega de Paris, Michel Lowy. Depois disso, foi muito curiosa a visita de Alain Touraine. Ele estava dando seminários aqui, quando alguns funcionários do Serviço Nacional de Informações (SNI) me perguntaram se eles poderiam assistir à conferência. Claro que autorizamos, mas eu avisei ao Touraine.

Celly Cook Inatomi: Concordo muito com o senhor. O que foi chamado de “colcha de retalhos” era o que estava no Programa enquanto interdisciplinaridade. Essa é uma palavra que está ali desde o início, no primeiro projeto de construção do mestrado. Essa ideia de unir História, Economia e Sociologia e, ainda, ter doze disciplinas obrigatórias no mestrado, era bem impressionante, especialmente pensando no período que se estava vivendo.

Professor, eu agradeço muito as suas respostas, e passo a palavra agora para a professora Maria Silvia.

Paulo Sérgio Pinheiro: Eu que agradeço as perguntas. Eu me lembro agora de um grande comunista, que foi da Escola Leninista e, em um momento, assessor da Fapesp, Heitor Ferreira Lima, que começou uma conferência dizendo uma frase de Pascal que “*le moi est haïssable*”, ou seja, “o eu é odiável”. Ele ficava muito encabulado de ficar falando de si. Agora aqui estou eu, fazendo o mesmo que ele, ao falar de mim. De qualquer maneira, obrigado.

Maria Silvia Hadler: Professor Paulo Sérgio, é um prazer enorme reencontrá-lo depois de tanto tempo. É uma satisfação imensa para mim. Por tudo que o senhor tem falado e exposto, fica evidente a sua ampla rede intelectual, de contato e relações, que foi construída ao longo da vida. E, durante esse período que estive na Unicamp, isso era muito visível. Além do debate nacional em que estava envolvido, seria possível comentar um pouco mais sobre como o senhor se inseriu nas discussões internacionais naquele momento? Não sei se pode fazer alguma distinção entre alguns debates mais estritamente nacionais e outros de âmbito internacional em que o senhor circulava e transitava. É possível comentar algo a respeito?

Paulo Sérgio Pinheiro: Obrigado, Maria Silvia. A satisfação é igualmente minha ao encontrar você depois de décadas. Na verdade, a minha participação política começou, basicamente, em 1964. Eu me formei em 1966 e ajudei, na PUC-Rio, a organizar uma grande conferência, o *Ano Social*, em torno da Ciência Política com o Cândido Mendes, que dava aulas na Sociologia. Na PUC-Rio, eu não estava à esquerda, mas no Movimento Solidarista Universitário (MSU),

uma espécie de terceira via, entre capitalismo e comunismo. A Ação Popular (AP) é que estava à esquerda. Eu sempre digo à Maria Vitória Benevides, que eu conheço desde os anos 1960, professora emérita da Faculdade de Educação da USP, que eu era como se dizia “ampliação” da AP, pois a maioria das vezes votava com a AP. O MSU era um movimento criado por um eminente sociólogo e antropólogo que ensinava na Escola de Sociologia da PUC-Rio, e que também foi responsável por me fazer consciente da questão social, como Dr. Alceu, que era o padre Fernando Bastos de Ávila. Um intelectual notável, delicadíssimo e extraordinário. Depois acabou até entrando para a Academia Brasileira de Letras.

Acredito que eu tenha me aproximado do protesto e da crítica ao sistema político, graças a essas influências mais ligadas à democracia cristã. Posteriormente, apesar de nunca ter sido formalmente ligado, eu fui me distanciando desse núcleo que era todo muito católico. Depois da ditadura, eu fui me tornando mais crítico e consciente das contradições do intelectual numa sociedade tão desigual e autoritária como é o Brasil. Eu nunca me engajei em nenhum movimento político, mas fui membro de um núcleo do PT nas Perdizes, em São Paulo, logo depois da fundação daquele partido, e assinei a ata de constituição do PSDB.

Em 1985, passei a participar da luta pelos direitos humanos. Não me lembro exatamente em que ano, porém, acredito que foi na década de 1980, quando Antônio Cláudio Mariz de Oliveira me nomeou presidente da Comissão de Direitos Humanos da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB). Esse foi o meu primeiro cargo no tema, e também fui, depois, membro da Comissão de Justiça e Paz. Ou seja, a minha inserção política não foi partidária. Eu só passei a votar no Lula, por exemplo, depois que eu fui parte do “governo paralelo” da primeira campanha presidencial dele, como comentei anteriormente. Passei a ficar totalmente integrado nisso. Na época do governo Montoro, Severo me indicou para eu entrar na assessoria dele. Eu comecei fazendo um discurso para o Montoro no dia de Tiradentes, em Ouro Preto (MG), e depois virei assessor especial com o Eduardo Muiyler, com o qual dividia um salão.

Abro um novo parêntese para uma história dos tempos da transição política. O governador Montoro foi a uma solenidade de comemoração dos 50 anos da USP e, geralmente, com Eduardo Muiyler, acompanhávamos o governador em programas externos. No carro, com ele, era o momento certo de convencermos o governador de algum projeto nosso. Foi no dia 25 de janeiro de 1984, naquele comício da Praça da Sé pelas Diretas, que alguns burocratas fecharam as portas do grande auditório para os alunos que estavam protestando. Avisei ao governador que isso daria mal. Os alunos entraram, fizeram protesto à vontade, faixas e foi uma beleza. Na saída, ainda jogaram tinta em cima de nós, em mim e no governador. Até alguns anos atrás, tinha um terno azul manchado de tinta vermelha. O coronel Ubirajara, da Política Militar e chefe da Casa Militar do governador, um interlocutor, foi quem me avisou pelo rádio do carro – não havia celular ainda – dizendo que a Praça estava quase cheia e avisei ao governador. Esse foi o começo do “Trezentos mil pelas Diretas” estampado em todas as primeiras páginas dos jornais. Uma foto icônica.

Agora passo para o internacional. É claro que eu já tinha passado quatro anos na *Sciences Po*, seguindo uma disciplina em Relações Internacionais. Então, eu não era totalmente ingênuo nessa área. Em 1964, junto com Cristovam Buarque e outros, que viraram ministros e senadores, fui aos Estados Unidos por um mês para a Associação Universitária Interamericanos (AUI). Isso deu origem a um belo livro de Marcelo Ridenti, chamado *O segredo das Senhoras*

*Americanas*¹². Depois de 1985, eu passei a dar aula lá na School of International and Public Affairs (SIPA), em Columbia, nos *Spring Terms*, que correspondiam, em parte, às férias universitárias do começo do ano, a convite do meu saudoso amigo Alfred Stepan, então decano daquela escola. Nesse momento, começava a ficar mais claro o que desembocaria na minha posição atual de denúncia do Ocidente, da colonização e do predomínio de uma “ordem baseada em regras”, que é não somente a negação do direito internacional, mas dos direitos humanos. Em suma: eu me radicalizei pela via dos direitos humanos.

Entre os anos 1970 e 1980, fiquei mais junto da população vulnerabilizada. Lembro-me de ter ido com Eduardo Suplicy, o pintor Darcy Penteado e várias prostitutas e algumas travestis, fazer uma denúncia com o Procurador-Geral do Estado de São Paulo contra um delegado Richetti, que batia nas travestis¹³. Creio que essa foi minha primeira intervenção pública pela proteção dos direitos humanos. Por causa disso, eu até saí na televisão, lá no Rio de Janeiro. Minha avó, Olga, depois dessa minha primeira intervenção em direitos humanos, me ligou e disse: “vi você hoje na televisão, eu não entendo o que você tem a ver com essa gente. Foi para isso que você foi educado?”. Ela era uma grande dama, que me levava a concertos no Teatro Municipal e que, desde os meus dez anos, mantinha uma conta aberta para mim na Livraria Francisco Alves, com um vendedor, chamado Sr. Batalha, que me propunha livros desde a correspondência do Conde de Gobineau e Pedro II até a correspondência deste imperador com a Condessa de Barral. Além disso, minha avó pagou minha psicanálise nos anos 1970 até eu ir para Paris, em 1967. Conto tudo isso para dizer que essa reação foi um sinal da minha mudança em termos da percepção do mundo distante em volta. No filme cubano *Memórias do Subdesenvolvimento*, o intelectual, personagem central do filme, repassa o dia a dia da sua vida na elite branca de Cuba em contraste com a revolução. Como dizia Severo, as escamas que cobriam minha visão desde criança, no Leblon, começaram a cair.

Maria Silvia Hadler: Perfeito, professor. Na sequência, eu gostaria de abordar rapidamente o momento político em que o senhor foi docente na Unicamp, marcado pela presença da ditadura militar brasileira (1964 a 1985). Gostaríamos de saber se e de que forma esse contexto teria tido alguma influência no andamento das pesquisas no Programa. Tanto em termos de temas, mas igualmente quanto a uma preocupação de eventual autocensura, no que diz respeito, especialmente, a aspectos estruturais, como conseguir recursos e da convivência com a perseguição política a pesquisadores. Esse clima teria afetado a sua agenda de pesquisa ou os modos de fazer a pesquisa? O senhor teve que tomar cuidados específicos?

Paulo Sérgio Pinheiro: Devo dizer que, no meu caso pessoal, não me lembro de ter me autocensurado nunca e os meus trabalhos se tornaram cada vez mais comprometedores. E eu passei a escrever também na *Folha*, nos anos 1970, denunciando violações de direitos humanos. Alguns desses artigos, depois, foram publicados no livro *Escritos Indignados*¹⁴, título dado por

12 Ridenti, Marcelo. *O segredo das senhoras americanas*. São Paulo: Editora Unesp, 2022.

13 Objeto do trabalho: Ocanha, Rafael Freitas. *Amor, feijão, abaixo camburão: imprensa, violência e trottoir em São Paulo (1979-1983)*. Dissertação (Mestrado em História), Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2014.

14 Pinheiro, Paulo S. *Escritos Indignados*. São Paulo: Brasiliense, 1984.

meu amigo Eduardo Muylaert. De certa maneira, nós nos achávamos protegidos pelo reitor Zeferino Vaz. Os sucessores do IFCH ou direção do IFCH jamais exerceram alguma pressão em termos de dizer “olha, cuidado, vai devagar”. Por um tempo, porém, quando morei no apartamento de Michael Hall, em Campinas, ao chegar à noite, dava volta no quarteirão para ver se não havia polícia no nosso prédio.

No que diz respeito aos recursos das pesquisas, eles eram basicamente da Fapesp. Sobre o projeto de pesquisa com o Ministério da Ciência e Tecnologia, gosto de dar o exemplo do que aconteceu durante o governo Geisel – apesar de saber que isso pode não ter sido válido para todos os casos. O nosso projeto “Memória da Industrialização em São Paulo” chegou às mãos do próprio Geisel, que foi consultar Severo. Eles se respeitavam e Severo tinha grande respeito por uma face de Geisel, que era a de defesa dos interesses nacionais. O general disse: “Severo, não estou entendendo o porquê do seu Ministério da Industrialização apoiar um estudo sobre operários”, ao que Severo respondeu “presidente, para estudar a indústria é essencial estudar os trabalhadores”. No percurso, contudo, tivemos um pequeno incidente com Victor Leonardi, eminente professor da Universidade de Brasília (UnB), que eu havia convidado para ser coordenador do projeto. Durante o processo, o general Golbery, chefe do SNI, chamou Severo, que me convidou para ir a Brasília, porque tínhamos que conversar. Um idiota “dedo duro” tinha visto uns livros em russo na mesa de Victor e fez uma denúncia ao SNI. Com isso, tivemos que retirar formalmente Victor da coordenação e eu assumi o posto oficialmente. Na prática, porém, ele continuou como coordenador. Essa foi minha experiência mais concreta da repressão na Unicamp.

Naquela bela reunião do Departamento de Ciência Política do IFCH que Andrei Koerner organizou, na manhã em que recebi o *honoris causa* da Unicamp, a professora Andréia Galvão relatou vários casos de professores que foram perseguidos, presos e torturados durante a gestão do Zeferino. Essas informações são fruto também da Comissão da Verdade da Unicamp. Aliás, eu fiquei muito contente com o exemplar do relatório final que ganhei. De lembrança, só tenho o registro de um único professor preso, Ademir Gebara, que era um jovem historiador. Lembro-me de Zeferino fazer uma visita a ele na prisão e levar uma barra de chocolate. Ademir, que eu saiba, foi o único de nós que foi preso. Além disso, também houve a expulsão de Michael do Brasil. Esses foram os dois incidentes que vivi durante esse período na Unicamp.

Maria Silvia Hadler: Sérgio, você já se referiu aqui, rapidamente, àquela excelente conferência organizada em maio de 1975, a *Conferência sobre História e Ciências Sociais*, que foi um evento internacional de peso em que estiveram presentes Eric Hobsbawm, Arno Mayer, Juan Linz e Guillermo O'Donnell. Você poderia compartilhar, em linhas gerais, quais as principais discussões levantadas por esse evento e se podemos dizer que houve impactos no mestrado em Ciência Política?

Paulo Sérgio Pinheiro: Foi bom você se lembrar de Juan Linz, que também estive no meu panteão de inspiradores. Foi ele quem chamou atenção para o tipo de regime autoritário, partindo do caso do franquismo na Espanha. O primeiro a fazer isso foi um livro de

Karl Loewenstein chamado *Brazil under Vargas*¹⁵, em que ele descreve e define o Estado Novo como um regime autoritário. Michael e eu tentamos publicar esse livro no Brasil, mas nunca conseguimos. Essa definição sugerida por Loewenstein foi resgatada por Linz durante uma entrevista que ele deu à *Veja* na época da *Conferência Internacional sobre História e Ciências Sociais*, em 1975, na Unicamp.

Na verdade, como eu disse anteriormente, o objetivo dessa conferência não era, na verdade, falar sobre história e ciência social, mas a respeito do autoritarismo e ditadura militar e, nela, cada um dos presentes abordou essas questões do seu próprio ponto de vista. Hobsbawm tem uma vasta obra sobre os trabalhadores; seu livro *Workers*, que é um clássico, e toda a historiografia dele, fala de regimes políticos¹⁶. Arno Mayer deu contribuições decisivas o estudo do nazismo e Guilherme O'Donnell, que trabalhava o conceito de autoritarismo burocrático na ditadura da Argentina. Ou seja, a temática verdadeira era a repressão e a violência. A repercussão do autoritarismo junto às classes trabalhadoras foi tratada por Kenneth Erickson.

De resultado da *Conferência*, nós publicamos dois livros^{17,18}, também conseguimos uma capa da *Veja* e, ainda, quase um caderno inteiro do *Jornal do Brasil*. Não foi pouca coisa. Acredito que muitas teses de pós-graduação no IFCH refletiam muitas das problemáticas que nós debatemos em 1975. Não digo que o evento foi o “pai de todas as teses”, mas ele foi um marco muito importante. A *Conferência* não foi só pensada por mim. Ela foi organizada, especialmente, por Michael Hall. Em termos de contexto, acredito que o evento foi importante para explorar os limites da ditadura quanto à crítica na universidade. Muitos podiam ter feito mais e não se sentiam confiantes. Fizemos na Unicamp graças a Zeferino e à minha própria autosegurança. A repercussão que o evento teve mostrou, dez anos antes do término da ditadura, que era possível promover esses tipos de encontros e muitos fizeram isso depois.

Há uma passagem sobre Severo que merece ser contada, pois revela esse medo ou como nós podemos experimentar a dominação desse sentimento. Durante uma reunião da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), no período do governo Geisel, Severo, que adorava festas, convidou vários professores da USP e da Unicamp, além de seus vizinhos na então Esplanada das Residências do ministro da Marinha e o Azeredo da Silveira, que era chanceler e muito amigo de Severo, para uma festa enorme e cheia de dança. Aí o filósofo e economista Albert Hirschman, uma personalidade extraordinária – existe até um seriado da Netflix, chamado “Transatlântico”, em que ele é ali retratado quando, em Marseille, ajudava a sair da França para a Espanha intelectuais e artistas plásticos judeus – vira para mim e diz assim: “Paulo, eu não estou entendendo nada. Há várias pessoas aqui que, pelo eu saiba, estavam, até ontem, na prisão”. Ao que eu respondi: “na casa de Severo mesmo os professores perseguidos pela ditadura são bem-vindos; é assim mesmo...”. Estavam ali muitos saudosos colegas da USP, como Chico de Oliveira, grande economista, Maria do Carmo Campello de Souza, a Carmuti, professora da Ciência Política da USP, e outros membros do Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (Cebap).

15 Loewenstein, Karl. **Brazil under Vargas**. New York: The MacMillan Company, 1942.

16 Hobsbawm, Eric. **Workers: Worlds of Labor**. São Francisco: Pantheon, 1985.

17 Pinheiro, Paulo S. (Org.) **O Estado autoritário e os movimentos populares**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

18 Pinheiro, Paulo S. (Org.) **Trabalho Escravo, Economia e Sociedade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

Repito: não existiria IFCH sem Fausto Castilho, Zeferino Vaz e os professores da missão estrangeira que tiveram a coragem de vir ao Brasil durante a ditadura. Nenhum deles, seja americano, inglês ou francês, encontrou problemas. Foi como a missão da USP, nos anos 1930, na estruturação do projeto de Fausto, que foi publicada por ele na sua autobiografia¹⁹. Os historiadores do futuro vão ter dificuldades de entender como foi possível fazer tudo isso sob uma ditadura militar.

Maria Silvia Hadler: Obrigada, Paulo Sérgio. Gostaríamos de abordar ainda um projeto que você coordenou entre 1976 e 1977. O “Imagens e Origens da Industrialização no Brasil”, que procurava ampliar o conhecimento sobre as raízes da industrialização e da classe trabalhadora no país, de âmbito nacional e reuniu pesquisadores de diversas instituições. Você poderia nos fornecer uma visão a respeito dos itinerários de pesquisa que foram percorridos por esse projeto? E quais contribuições ele deu aos debates que circulavam na época?

Paulo Sérgio Pinheiro: Eu já contei sobre a gênese desse projeto, que se deveu, basicamente, à presença de Severo no Ministério da Indústria e Comércio do governo Geisel. Severo criou um instituto chamado “Centro Nacional de Referência Cultural”, dirigido por Aloísio Magalhães, um grande designer e pintor. Aquele Centro era ligado à preservação da memória visual, documental e dos monumentos, abrindo uma brecha para eu propor ao Severo aquele projeto. Esse projeto explorava as virtualidades do Arquivo Leuenroth e visava recuperar a memória anarco-sindicalista, especialmente por meio de fotografias e filmes. Há filmes extraordinários das indústrias Matarazzo e Crespi.

Há um filme, descoberto na pesquisa, que Michael sempre gosta de citar, com os alunos vestidos com camisa negra no Instituto Dante Alighieri, aqui em São Paulo, fazendo a saudação fascista para ser enviado para Roma. Nós também entrevistamos três antigos líderes comunistas, entre eles Elias Chaves Neto, que tinha sido diretor da *Revista Brasiliense*, primo de Caio Prado Júnior. Ele escreveu um livro sobre a Revolução de 1924, em São Paulo, e nós publicamos a autobiografia dele²⁰, posteriormente. E Elias me contara outra coisa curiosíssima. Você sabe onde esse comunista ficou preso em 1924? Na sala de duchas do meu avô, que era o Palácio dos Campos Elíseos com as iniciais de Elias Chaves entrelaçadas. Ele não era ainda comunista, mas já era um revoltoso. Outras biografias que conseguimos coletar e publicar foram a de Heitor Ferreira Lima²¹, único aluno da escola leninista, em Moscou, em 1929, e também a de Otávio Brandão²², um dos fundadores do Partido Comunista do Brasil e que morava em Santa Tereza, onde fui visitá-lo.

Outra memória resgatada era da exploração das primeiras fábricas de chapéu e tecidos em São Paulo, no início do século XX. Basicamente, o que nos movia era demonstrar que, antes da fundação do Partido Comunista Brasileiro e da política trabalhista do presidente Vargas, havia uma vivência social de outras correntes operárias. O programa foi na esteira

19 Fausto, Castilho. **Conceito de Universidade no projeto da Unicamp**. Campinas: Editora Unicamp, 2008.

20 Pinheiro, Paulo S. **Elias Chaves Neto: Sentido Dinâmico da Democracia**. São Paulo: Brasiliense, 1983.

21 Pinheiro, Paulo S.; Del Roio, Marcos. **Combates na História: a trajetória de Heitor Ferreira Lima**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.

22 Pinheiro, Paulo S. Prefácio. In: Brandão, Octávio. **Combates e Batalhas**. São Paulo: Alfa-Ômega, 1978.

da virtualidade do trabalho em torno da memória das revistas e dos jornais no atual Arquivo Leuenroth. Tivemos fundos para acumular e preservar tudo isso. Fizemos uma maravilhosa exposição iconográfica, com uma exposição de muita inteligência com a curadoria de Ana Luísa Escorel e de meu saudoso amigo do Rio, Jorge Eduardo Hue, no Museu de Arte de São Paulo (MASP), que também está guardada no Leuenroth. Fizemos uma exposição com dois grandes filmes: o premiado *Libertários*, de Lauro Escorel, sobre o anarco-sindicalismo – e que a primeira exibição foi feita na casa de Severo, em mais um sinal de coragem –; e, depois, um documentário de Adrian Cooper a respeito dos chapeleiros das fábricas em Campinas (SP). Ambos estão hoje em versão digital.

Em resumo, o projeto foi marcado por minhas pesquisas e as de Michael, além dos alunos que trabalhavam na área e, nessa dimensão visual, coordenado por Victor Leonardi, com participação de Lauro Escorel e Adrian Cooper. Havia outros investigadores, dos quais eu não me lembro os nomes. Foi possível construir uma equipe muito grande com salários modestos. Não era como na Comissão Nacional da Verdade, com seus cem investigadores, mas havia umas cinquenta pessoas envolvidas. Era excepcional.

Maria Silvia Hadler: Paulo Sérgio, eu também tinha interesse em perguntar sobre as tentativas de criação do AEL, a respeito do processo de aquisição da documentação, mas considero que você já se referiu a isso em outras questões. Passo agora a palavra para o professor Emílio, que vai dar sequência às perguntas.

Emílio Dellasoppa: Muito bem, Paulo Sérgio. Como sempre há que se resistir às formalidades paulistas. Construímos o roteiro com a palavra “senhor”. Começo dizendo que considero esse encontro realmente muito importante. Eu devo agradecer muito à Unicamp e a toda equipe que está realizando esta entrevista, pois é uma contribuição e recuperação de parte da minha vida que eu considero muito importante. Reconheço que todo o período que passei na USP marcou profundamente a minha trajetória posterior, seja no que aconteceu ou no que deixou de acontecer.

Vamos às perguntas: outro ponto importante da sua trajetória é a forte relação entre pesquisa e intervenção política. É possível ver isso em suas publicações na imprensa, mas também na sua participação na criação da Comissão Teotônio Vilela. E todo esse envolvimento começou quando você ainda estava na Unicamp. Gostaríamos de saber como isso se deu e quanto impactou a sua atuação acadêmica. Alguns pontos importantes você já trouxe nas questões anteriores, mas fique à vontade para levantar os pontos complementares que considerar pertinente compartilhar.

Paulo Sérgio Pinheiro: Na verdade, a Comissão Teotônio Vilela não surgiu como uma comissão, mas a partir de uma visita por um grupo liderado por Severo após a rebelião de internos do Manicômio Franco da Rocha, em que foram massacrados dezenove internos pela PM. Fernando Gabeira, então, me ligou e perguntou se não faríamos nada. Penso que foi nesse exato momento que o conheci. Depois, liguei para Severo e decidimos ir lá visitar. Isso aconteceu no final do governo Maluf (1979 a 1982) e ainda durante a ditadura. Na visita ao

manicômio, conseguimos entrar. Na fotografia que tenho, estávamos lá: Severo, Margarida Genevois – hoje com 100 anos –, Eduardo Suplicy, Fernando Gabeira, Hélio Bicudo, José Gregori, João Baptista Breda, Fernando Millan, Antônio Cândido e eu.

Foi a partir disso que publicamos o primeiro manifesto da Comissão Teotônio Vilela na página 3 da *Folha*. Posteriormente, fizemos outra visita, mas dessa vez fomos barrados na Casa de Custódia de Taubaté. Produzimos um novo relatório. Outra visita contou com a presença do próprio Teotônio, que já estava com os aparelhos ortopédicos nas duas pernas. Ele foi visitar a delegacia de Campinas (SP) e foi um horror. Havia crianças presas e tudo mais. Há uma fotografia do Teotônio fazendo essa visita. Foi aí que Severo propôs que adotássemos o nome dele, passando a ser Comissão Teotônio Vilela. Eu já estava no governo Montoro, e nós começamos a nos reunir nessa articulação. Todos os personagens que citei continuaram envolvidos e alguns mais se juntaram a nós. Se não me engano, a Comissão terminou em 2015. Até 1987, o meu tempo era dedicado ao governo e, em paralelo, a ela.

Meu queridíssimo amigo e colega na Comissão Nacional da Verdade, José Carlos Dias, uma vez me disse que eu o criticava demais nesse período. Ele foi pioneiro na questão das visitas íntimas. E nós escrevemos vários artigos criticando o governo, o que era uma tolice. Uma vez ele participou de um programa com a Comissão de Presos pela *TV Cultura* e ele foi muito criticado e sabotado por isso. Nós, às vezes, éramos um pouco maximalistas em relação ao que estava ocorrendo, que já era excepcional, porque Franco Montoro, Tancredo Neves e Leonel Brizola foram os primeiros governadores em toda a República que fizeram a crítica da violência ilegal por parte dos aparatos estatais. Ninguém antes, mesmo na democracia, de 1945 até 1963, falou algo sobre isso.

A Comissão Teotônio Vilela aumentou meu interesse pelas prisões. Sob a influência Franco Basaglia e Foucault, a Comissão visitava hospitais, outras instituições fechadas e cilindros de delegacias. Sempre havia um grupo, em que estava, por exemplo, o padre Agostinho de Oliveira, famosa testemunha contra o Esquadrão da Morte e hoje com 93 anos, que ia a todos aqueles locais. Isso era novidade no Brasil, apesar da experiência anterior do Teotônio de ter visitado prisões, como relator da Comissão dos Presos Políticos no Senado. Em 1987, com a Human Rights Watch, a Comissão publicou um relatório sobre a violência ilegal da polícia no Brasil²³. Severo acreditava que nós deveríamos ter um centro de pesquisa e documentação. É nesse sentido que ocorreu a criação do Núcleo de Estudos da Violência, que deu continuidade a essas preocupações.

Era uma intervenção ao mesmo tempo de investigação e de manifestação da sociedade civil sobre o funcionamento dos aparelhos repressivos do Estado, tinha um sentido muito preciso de construção de uma política de Estado de direitos humanos acima das divergências partidárias. No governo Montoro, fizemos a exibição de um filme sobre a ditadura e a tortura na Argentina, *A História Oficial*, dentro do auditório do Palácio dos Bandeirantes. No mesmo espaço, igualmente, o governador realizou uma reunião contra o Apartheid na África do Sul, na presença dos cônsules africanos em São Paulo e, na qual, o governador fez um discurso contra o racismo. Ou seja, até inventei muita coisa durante o tempo em que fiquei no governo, contudo, eu nunca entrei na política partidária.

23 Ver: Americas Watch. **Police Abuse in Brazil: Summary Executions and Torture in São Paulo and Rio de Janeiro**. Nova York, 1987.

Não sei se respondi. Você tem razão, realmente uma coisa estava engatada na outra, ainda que eu nunca tivesse previsto nada disso. Em Portugal, políticos que estão há muito tempo na política são chamados de “rolhas” porque estão sempre flutuando e há muitas dessas figuras na política brasileira. Devo dizer que eu fui “rolha” da política de Estado de direitos humanos.

Emílio Dellasoppa: Sim, lembro dessa produção para Human Rights Watch, pois traduzi-la do inglês foi meu primeiro trabalho no NEV. Vamos para o terceiro e último bloco, para falar do período da sua passagem da Unicamp para a USP, além de outras atividades nas quais você se engajou e as suas perspectivas para o futuro. A primeira pergunta é a seguinte: em 1979, você apresentou um trabalho intitulado “Violência e Cultura” em um seminário do Cedec e do Cebrap. Qual era, naquele momento, a sua reflexão sobre o tema da violência? Você poderia comentar como os problemas da violência e das relações entre Estado e violência legítima, assim como os direitos humanos, passaram a fazer parte da sua agenda de pesquisa?

Paulo Sérgio Pinheiro: Foi ótimo você lembrar que fez parte dos colaboradores do relatório. Noutro dia, em Nova York, encontrei para o jantar com Aryeh Neier, que agora está com 87 anos. Ele foi diretor da Human Rights Watch e veio a São Paulo para o lançamento do *Police Abuse in Brazil*, que você traduziu, o primeiro relatório sobre mortes e tortura pelas polícias no Brasil.

Para entrar diretamente no assunto, considero que a questão da violência foi um tema que a maioria dos “transitólogos”, com pouquíssimas exceções, não observaram com cuidado. E, ainda que eu possa apontar duas delas, haverá outras. Mas, basicamente, eu destacaria Alfred Stepan e O'Donnell. Com isso quero dizer que, em geral, os pesquisadores que se dedicavam às transições não lidavam com o mau funcionamento dos aparelhos estatais em relação à questão do monopólio da violência legítima. Ajudou-me muito nessa questão ler Norbert Elias, desde o livro *A Sociedade de Corte*²⁴. Depois, a própria definição de Max Weber, dada numa conferência, de que o Estado tem o monopólio legítimo da violência e todo o debate a partir dessa definição. Na Ciência Política, isso é fundamental para não se esquecer desse elemento vivo da existência do Estado, desconhecida por muitas obras da transição democrática depois do fim da ditadura.

Como disse em resposta à primeira pergunta, para mim, uma das falhas do Estado brasileiro, da modernização e da democratização, é a questão da violência legítima por parte do Estado. Antes, eu chamava isso de “regime de exceção paralelo”. Hoje, no entanto, não considero que exista uma situação de “exceção”, é algo que está incrustado. O massacre feito em Santos pelo governo de São Paulo está incrustado no comando, no controle e na execução desses homicídios. O secretário de Segurança do estado de São Paulo é um antigo policial militar que diz que, para ter uma boa carreira, é necessário matar três pessoas. Isso aconteceu hoje, em 2024. E ele não é o único. Há outros massacres na Bahia, em que o governador, inclusive, é do PT. Como é possível numa democracia tolerar e conviver com isso?

24 Elias, Norbert. *A Sociedade de Corte*. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

O fim da ditadura não foi o começo da democracia efetiva, como pensávamos. Na minha visão, tudo estava encadeado e isso refletiu em tudo que eu escrevi naquela época. Além de *Violência e Cultura*, no seminário do Cedec, depois, eu escrevi outro artigo que é basicamente centrado na experiência das Rondas Ostensivas Tobias Aguiar (ROTA) em São Paulo²⁵. Ou seja, eu passei a considerar mais esses microcenários por causa do estudo da transição e consolidação da democracia. Uma transição que começou com um governo civil e, depois, para o governo democrático, manifestou-se numa consolidação democrática “lenta, gradual e segura”. E isso foi “por água abaixo” com o golpista Temer e o presidente vertente Ku Klux Klan que se seguiu a ele. Esses dois governos bloquearam o processo de consolidação, que já ia mal.

É evidente que a derrota do inominável foi um avanço na direção da consolidação. Imagine como estaríamos conversando aqui se ele tivesse sido reeleito. É claro que é outra conjuntura com o presidente Lula, e sobre ela eu não posso dar muito palpite, pois, na maior parte do tempo não estou atento à situação no Brasil. Contudo, é evidente que a eleição do atual presidente Lula resgata a consolidação enterrada pelas duas figuras lastimáveis que o precederam. Os desafios são enormes. E o presidente resgatou algumas pautas importantes, como o Ministério dos Indígenas, a revitalização do Ministério dos Direitos Humanos e daquele que cuida da violência contra a mulher. Essas são pautas que vão carregar e apressar a consolidação, porque o governo anterior gerou uma “desdemocratização” das conquistas da Constituição de 1988. Ela, por si, não traz a democracia diretamente, porém, nos governos virtuosos, a mobilização popular e a sociedade civil conseguiram que a nossa Carta Magna fosse democratizada. Esses dois últimos governos de extrema direita “desdemocratizaram” o Brasil. As palavras são horríveis. Outra palavra horrível que eu vou dizer, que em espanhol é boa, é a *incompletude* da democracia no país. Nós não temos somente que celebrar, mas relembrar a incompletude da democracia no Brasil, aquela que não foi efetivada.

Nós não vamos jamais enaltecer qualquer aspecto da ditadura, porque muitos daqueles criminosos no aparelho militar e repressivo continuam com suas pensões intocadas, graças ao Supremo Tribunal Federal. É uma convivência bárbara. Outros países foram melhores nisso, como a Argentina, que fizeram o julgamento dos criminosos. O filme *Argentina 1985* é extraordinário. Não vou me ater a falar sobre esse país, mas a Condenação da Junta, que está no filme, deixa explícito o cenário totalmente diferente do Brasil nessa discussão. Aqui não houve nada deste tipo, os presidentes gerais e seus sequazes permaneceram todos intocados. Em resumo, devo dizer que essa minha intervenção no governo e as outras coisas que eu ajudei a criar, além das convivências que já comentei, como também das várias missões da Human Rights Watch no exterior das quais participei, me marcaram internamente e eu passei a fazer o que eu estava fazendo.

Emílio Dellasoppa: Lembro-me de um seminário que organizamos na sala de reuniões da reitoria da USP, para o qual chamamos alguns amigos, a fim de fazer uma análise comparativa das diferenças entre Brasil e Argentina. E elas eram marcantes.

25 Pinheiro, Paulo S. Polícia e a Crise Política: O Caso das Polícias Militares. In: R. DaMatta. (Org.). **A Violência Brasileira**. São Paulo: Brasiliense, p. 57-92, 1981.

Paulo Sérgio, agora, gostaríamos de ouvir a respeito da sua transição para a USP, tanto em aspectos temáticos quanto institucionais. Uma parte da história você já nos contou, como a comparação do ambiente entre os dois Departamentos - e do qual eu sou testemunha também. Entre a saída da Unicamp e o começo das suas atividades na USP, você ainda foi assessor do governo Franco Montoro, entre 1983 e 1987. Quais as implicações dessa experiência política no governo nas suas pesquisas? Como ela impactou a sua reflexão acadêmica sobre violência estatal e os direitos humanos?

Paulo Sérgio Pinheiro: A minha saída da Unicamp se deveu basicamente ao problema da minha sobrevivência, como comentei. Minha família morava em São Paulo e queria continuar lá. Era muito penoso ter que ir até Barão Geraldo. Às vezes eu ia dirigindo e, também, fui de táxi quando tinha que sair de madrugada da *IstoÉ* para dar aula no dia seguinte. Era difícil continuar nesse ritmo e foi aí que eu me inscrevi para a USP. Lá, vários professores, que não vou nomear, eram contrários à minha entrada e os motivos eram dos mais constrangedores. Finalmente, porque o edital não podia ser anulado, deram início ao processo de convocação e eu passei.

Quanto à sua pergunta, primeiramente falarei do ambiente na USP e depois passo para a questão da política. Como eu disse, a minha primeira motivação para ir para lá era ficar em São Paulo. E também, depois de Paris, eu passei a conviver com vários amigos da USP, como Francisco Weffort, que eu já listei aqui. Eu não caí no desconhecido. Alguns deles, inclusive, eu tinha convidado para aqueles seminários que eu fazia na disciplina que comentei mais cedo, e depois passei a ter amizade com muitos deles. Considero que estar no Departamento de Ciência e Política da USP deu outro rumo às minhas pesquisas. Eu tinha liberdade para fazer o que eu queria, especialmente depois da criação do NEV. Eu me senti um pouco mais capaz de tratar, por exemplo, da questão do autoritarismo e, nisso, a elaboração sobre o “autoritarismo socialmente implantado”, que não é somente o da ditadura, mas é das pequenas autoridades, do racismo, do interior da sociedade e da desigualdade brutal de renda que existe no Brasil. E todas essas temáticas passaram a ser de direitos humanos quando eu passei a compor Comissão de Direitos Humanos da OAB e, posteriormente, a Teotônio Vilela. Meus projetos passaram a ser todos nessa direção, complementado com a questão da continuidade autoritária, que foi um grande projeto que tivemos no NEV.

A respeito do impacto da participação no governo na minha produção acadêmica, devo dizer que isso aconteceu de forma direta e isso, por causa, justamente, do Franco Montoro. Só houve uma ocasião que, quando eu cheguei bem cedo ao gabinete, Eduardo Muylaert me avisou que Montoro queria falar comigo. Eu fiquei revisando tudo que eu disse e fiz naquela semana. Montoro me contou que havia recebido uma carta de um cônego do interior contestando o fato do governador católico ter um assessor que fala da existência de freiras lésbicas. E isso aconteceu porque eu tinha publicado na folha de rosto inteira da *Ilustrada* uma resenha sobre um livro que tinha esse tema. Ele pediu, então, para que eu escrevesse uma carta explicando ao Cônego o que fiz. Outra coisa interessante de se contar é que o governador, através do Eduardo, pediu à Polícia Militar e à Civil que mandassem um telex de todos os eventos violentos, mortes ou feridos. Eu recebia esse documento todo dia.

A partir dessa experiência, eu fui revendo tudo o que eu já vinha dizendo sendo relatado pelos policiais e eu escrevi dois artigos na Revista USP²⁶²⁷. O Montoro nem abria os telex, a secretária dele mandava para mim os relatórios das polícias e eu fazia a leitura. Um dia, contudo, percebi uma coisa estranha, porque um dos envelopes que ele me mandou era sobre uma conferência de sindicatos, com detalhes do que os operários haviam dito na ocasião. Isso foi um caso muito raro, no entanto, que me permitiu ver como o Departamento de Ordem Política e Social (DOPS) continuava a fiscalizar o movimento operário no governo Montoro.

Uma vez um colega meu, Sir Nigel Rodley, que era Relator Especial sobre a Tortura da ONU, veio ao Brasil e, na visita, foi à Fundação Estadual para o Bem-Estar do Menor (Febem), atualmente Fundação Casa, onde ele descobriu objetos de tortura que eram usados contra as crianças que estavam na instituição. Ele ficou muito bravo, fez declarações muito fortes e, depois, veio me questionar. Eu respondi a ele o seguinte: “nós só controlamos o governo federal e a polícia federal não tortura. Nos estados, porém, essas práticas existem”. O Estado brasileiro acatou a denúncia, pois tínhamos ratificado a Convenção contra a Tortura e a prática da tortura, portanto, é um crime no país. Depois esse cenário mudaria com o governo do inominável.

Em um governo, primeiramente, é fundamental entender como ele funciona e como ter acesso ao presidente. É claro que eu não ia falar qualquer problema corriqueiro para o Fernando Henrique, mas, às vezes, eu o informava e criava coisas que eu considerava que poderiam ser boas. Algo do que me orgulho, por exemplo, foi ter ajudado a convencê-lo da importância do reconhecimento da jurisdição da Corte Interamericana de Direitos Humanos. Eu liguei para um amigo meu embaixador, que era chefe do Departamento de Ciências Humanas do Itamaraty, e disse que queria que o presidente fizesse uma manifestação no Dia do Diplomata. Ele reagiu negativamente, argumentando que essa data envolvia uma sacralidade que não permitia olhar para outros temas. Ao que eu expliquei que a minha ideia era a de que o presidente fizesse uma declaração sobre a vantagem de nós termos reconhecido tal jurisdição. Foi muito emocionante e, depois, isso permitiu a sentença sobre o caso Gomes Lund da guerrilha do Araguaia²⁸, em que a Corte apontou que a anistia dada pelo governo militar foi uma autoanistia e, portanto, nula. Infelizmente, como eu já disse anteriormente, o Supremo Tribunal Federal impediu uma contestação jurídica legal feita para colocar fim a essa forma de anistia.

Acredito, dessa forma, que há mais um encadeamento na minha trajetória. A experiência com Montoro me ensinou a conviver e a atuar em um governo, a entender os limites e as possibilidades de conquistas. O governo Montoro foi um ensaio para o do Fernando Henrique.

José Gregóri costumava brincar dizendo, no primeiro mandato de Fernando Henrique: “afinal, quem é que se preocupa com os direitos humanos?”. Tinha o ministro Sérgio Amaral, o próprio presidente, o ministro da Ciência e Tecnologia, Ronaldo Sardenberg, ele e eu.

26 Pinheiro, Paulo S.; Izumino, Eduardo A.; Fernandes, Maria Cristina Jakimiak. Violência fatal: conflitos policiais em São Paulo (81-89). **Revista USP**, São Paulo, Brasil, n. 9, p. 95-112, 1991. Disponível em: <https://revistas.usp.br/revusp/article/view/25552>. Acesso em: 24 jun. 2024.

27 Pinheiro, Paulo S. Autoritarismo e transição. **Revista USP**, São Paulo, Brasil, n. 9, p. 45-56, 1991. Disponível em: <https://revistas.usp.br/revusp/article/view/25547>. Acesso em: 24 jun. 2024.

28 O caso Gomes Lund trata sobre detenção arbitrária, tortura e desaparecimento forçado de 70 pessoas. O caso ocorreu durante a Ditadura Militar no Brasil (1964-1985). Em 24 de novembro de 2010, a Corte Interamericana de Direitos Humanos condenou o Brasil pelo desaparecimento involuntário de 60 pessoas e determinou que houvesse reparação à violação dos direitos das vítimas por agentes do Estado durante a Ditadura Militar de 1964.

Éramos uns cinco interessados por esse tema. Sardenberg, aliás, implementou projeto de bolsas para candidatos a diplomatas negros que, depois, o governo Lula continuou. Se hoje há embaixadores negros é graças a essa política que existiu até o Lula II.

Emílio Dellasoppa: Muito bem, Paulo Sérgio. Passo agora para a próxima pergunta. Você poderia nos ajudar a identificar os elementos culturais e ideológicos responsáveis pela reprodução de atitudes passivas diante da violação de direitos humanos que favorecem a sua ocorrência? Interessa-nos ainda entender se você considera que continua válido pensar que a eficácia da pacificação, associada com o monopólio da violência legítima, está relacionada com o grau de autocontenção dos indivíduos, ou seja, da sua obediência voluntária às normas de convivência e com a capacidade de equação do Estado face aos que descumprem o direito.

Antes de passar a palavra a você, lembrei agora de um texto de Guillermo O'Donnell que travava da ideia de “democracias delegativas”, analisando o caráter esporádico das nossas participações, enquanto cidadãos, na construção da democracia. Ele pontuava nesse material que os cidadãos participam a cada quatro anos, depois isso passava. Por isso o nome de “democracias delegativas”.

Paulo Sérgio Pinheiro: Naquela época, esse foi um conceito muito importante para nós. Essa questão que você me fez foi algo perseguido no curso da violência. O que me espanta no momento atual é a maneira como o Estado Democrático se comporta de maneira ilegal e, por outro lado, a existência de uma complacência de todas as classes em relação às normas do Direito Internacional dos Direitos Humanos.

Emílio Dellasoppa: Desculpe interromper. Isso está exatamente no projeto de continuidade autoritária e construção da democracia que você acabou de citar.

Paulo Sérgio Pinheiro: Essa questão da continuidade foi sofisticada pelo que eu comentei antes. Não é que o país que escravizou milhões de pessoas, com escravos do Imperador no Palácio em Petrópolis, que nunca se lembrara de emancipá-los. Tal discussão foi a base para um artigo que escrevi sobre outro texto de um saudoso colega, o historiador José Murillo de Carvalho, que admirava a monarquia, cujo título era *Da coroa pinga sangue*, na *Folha de S. Paulo*.

Hoje, no Brasil, essa continuidade autoritária implica um acontecimento extremamente público e que teve repercussão na maioria dos países: o genocídio praticado por Israel na Faixa de Gaza, reconhecido duas vezes e com plausibilidade pela Corte Internacional de Direitos Humanos. Nenhuma organização de direitos humanos em São Paulo se pronunciou a esse respeito, nem a Comissão Arns da qual faço parte. E no mundo inteiro está havendo uma indignação. Houve reação de alguns alunos na USP e na Unicamp, além dos atos organizados pela própria Federação Árabe Palestina, no entanto, fora isso, é o governo que está à frente da questão e isso é terrível. É o contrário do comportamento do autoritarismo na democracia: o governo está à frente da sociedade.

Não vou retomar a fala do presidente Lula de condenação a esse genocídio, mas, ao contrário, a sociedade civil organizada brasileira ficou quieta e silenciosa. Foram raríssimas as eminências defensoras de direitos humanos que disseram alguma coisa. Entre as poucas exceções estão os professores Reginaldo Nasser e Arlene Clemesha. A sociedade não se rebela contra um genocídio documentado em detalhe. Vemos a coisa ao vivo e ninguém se rebela. Isso me desconcerta enormemente, porque o Brasil e a sociedade civil brasileira adoram a solidariedade. Esse ato, por parte do Chile, da Argentina e do Uruguai – para citar somente os vizinhos –, quando não eram ditaduras, foi uma importante manifestação contrária ao regime militar brasileiro. Nós somos mesquinhos em termos da solidariedade. Essa é a ilustração da sua pergunta.

Considero que o presidente Lula tem sido absolutamente correto. Ele se associou, com outros oitenta países, à ação da África do Sul contra Israel na Corte Internacional de Justiça. O ministro Mauro Vieira é incansável. Ele fez uma visita ao Oriente Médio e as falas dele quebram o silêncio da sociedade civil. As notas públicas do Itamaraty também são impecáveis em termos de uma política externa respeitadora da política de Estado de Direitos Humanos. E, sem falar, no assessor especial da Presidência, que é o embaixador Celso Amorim. Então, por que no dia a dia o Estado está atrasado? Não é como agora, que ele está adiantado em relação ao imobilismo da sociedade civil em todos os contextos. Isso é explicado por esse “autoritarismo socialmente implantado”, que, outro dia, o Gabriel Cohn lembrou em um artigo e eu até reli o que eu tinha escrito.

A democratização da Constituição de 1988 não conseguiu debelar esse autoritarismo incrustado na sociedade pela desigualdade existente no Brasil, pela etnocracia branca e pela violência ilegal. Não estou aqui culpando o povo por não militar ou não se mobilizar, são as estruturas que reproduzem as práticas dos governos. E, mesmo os governos virtuosos, dos quais participei, foram incapazes de efetivamente parar o mau funcionamento dos aparelhos repressivos. As prisões brasileiras continuam iguais e esse Congresso, com correntes da Ku Klux Klan, piorou a situação já agravada quando aprovou um projeto de lei impedindo a saída para as visitas de final de ano aos presos. Repito, novamente, foram 350 votos pela aprovação, sendo dois deles do PT.

Como explicar isso? Tudo que diz respeito ao mau funcionamento dessa estrutura, como os massacres e as carnificinas, tal como aconteceu em São Paulo e na Bahia, para somente falar das mais recentes, são feitas por governos eleitos democraticamente e que dizem respeitar os direitos humanos. Quase todas as convenções da ONU foram ratificadas pelo Brasil. Essa foi outra coisa que os governos virtuosos completaram. Todos eles, desde Sarney (1985 a 1990), de certa maneira, contribuíram para isso. Esse presidente, por exemplo, assinou a Convenção da Tortura e o Pacto Internacional de Direitos Civis e Políticos. O Itamar (1992 a 1995), por sua vez, teve uma participação extraordinária na Conferência Mundial de Viena de 1993. Até o Fernando Collor fez um grande discurso na ONU, dizendo que a soberania estatal não poderia ser usada como escudo para as violações de direitos humanos praticadas pelo Estado brasileiro. Foi formidável! Já comentei o que aconteceu depois desses governos.

Em resumo, essa pergunta vai me acompanhar pelo resto da minha vida. Tudo começou com a conciliação da Constituição de 1988 e com o regime de segurança pública montado pela ditadura. Ele está igual, sem diferenças. A única mudança foi uma conquista de Hélio Bicudo, com o apoio do ministro da Justiça, Nelson Jobim, em que se conseguiu tirar os homicídios

dolosos da Polícia Militar da alçada da Justiça Militar. Essa é uma das excrescências que não deveriam mais existir, mas existem. Um policial machista bater na mulher com a cinta do uniforme, por exemplo, é considerado um crime militar. Isso hoje, no Brasil de 2024. Mais uma vez repito que essa é a questão mais difícil para mim e todos aqueles que querem uma sociedade melhor. Pelo menos nós elegemos Lula e derrotamos o inominável. O que fizemos é formidável e nós temos que celebrar isso até o fim das nossas vidas. A sociedade brasileira fez isso.

E eu sou contra culpar a sociedade. Os cidadãos brasileiros não são culpados. Os culpados são os dirigentes, a nível estatal e federal, que não conseguem debelar esse autoritarismo incrustado, como vários outros aspectos que continuam a existir. Com a ressalva de que os legados se transformam. Eles não permanecem iguais. É uma bobagem pensar que os legados do Império e da escravidão estão limitando isso. Não é nada disso. O povo brasileiro é extraordinário, mas as elites são “aquela palavra” que começa com a letra M. Elas são as repetidoras, as garantidoras do legado autoritário da ditadura.

Emílio Dellasoppa: Isso me faz lembrar algumas declarações de Hélio Luz, quando ele era chefe da polícia do Rio de Janeiro.

Paulo Sérgio Pinheiro: Exatamente isso. Hélio Luz dizia o seguinte: “as senhoras brancas, as madames, pensam que nós estamos a serviço delas”. Qualquer denúncia contra uma empregada doméstica a faz ser levada ao pau-de-arara. Na minha casa, se havia algum problema ou se sumia alguma coisa, nunca se suspeitava da empregada; porque, se nós suspeitássemos, e a denunciássemos ela ia para o pau-de-arara. Esse era um privilégio das famílias brancas no Rio nos anos 1950. Com isso, quero dizer que os brancos pensam que as polícias estão a seu serviço e não dos direitos da população no seu conjunto. Os jovens negros continuam a ser uma opção preferencial para seu assassinato nas periferias de São Paulo e capitais.

Eu posso conviver com isso aos 80 anos, em pleno ano de 2024? Não dá. Eu só não me desespero porque, diante desses horrores, ações virtuosas ocorrem e devem ser elogiadas. Qualquer microavanco é fundamental. Foi fundamental o governador Dória (2019 a 2022) impor as câmeras individuais para os policiais militares. E o que fez o atual governador de São Paulo? Decidiu que os próprios policiais controlarão as câmeras. Isso não é a manutenção do autoritarismo, é a manutenção da “hiperletalidade” das polícias militares. Não existe polícia no mundo mais letal que a brasileira. Já dizíamos isso em 1987. E o Brasil continua sendo campeão nisso. É uma vergonha. Não é mais moda torturar e aqui se continua a torturar em delegacias e prisões e em ações da PM. Uma vez eu fui a uma conferência com o sindicato da polícia de Hamburgo e eu perguntei a eles se eles torturavam. Eles ficaram muito embaraçados. Lá, apesar do Estado democrático alemão ter sucedido ao nazismo, não se tortura. Aqui, sim.

Emílio Dellasoppa: Ampliando um pouco mais essa pergunta, gostaríamos de saber o seguinte: quais os significados da crise do Estado como detentor do monopólio da violência legítima em termos de limitações territoriais, de controle territorial e de desafios de grupos beligerantes?

Paulo Sérgio Pinheiro: Emílio, eu considero ser complicado abandonar o conceito de monopólio da violência pelo Estado. Porque esse conceito não sobrevive num vácuo no contexto de uma democracia, mesmo imperfeita, e o Direito Internacional dos Direitos Humanos e do Direito Internacional Humanitário criam limitações para o arbítrio fundado nesse monopólio. Eu não vejo, pelo menos na minha vida, outra possibilidade de controle da violência que emerja de outra instituição que não seja o Estado.

Emílio Dellasoppa: A pergunta aponta também, fundamentalmente, à emergência maciça de milícias, por exemplo. Além do controle de territórios em determinados lugares e setores de São Paulo, pelo Primeiro Comando da Capital (PCC), etc.

Paulo Sérgio Pinheiro: O primeiro responsável por isso é o governo. Não sei se isso continua, mas consta que algo em torno de 90% ou 80% do território do Rio de Janeiro é controlado pelas milícias. Como isso pode ser possível? O mesmo com a questão dos “bicheiros”. O jogo do bicho continua? Sim! Em São Paulo é a mesma coisa. A diferença é que aqui existe uma topografia diferente. O Rio é um território cercado de montanhas e o tráfego não está no centro de São Paulo como está lá.

Para mim, as milícias não agem como Estado paralelo, elas são associadas a ele, são parte integrante dele e de um governo em ação. O Estado pode ser sim, criticado pelo desleixo e desrespeito à limitação da violência. Por quê? O monopólio é bom porque determina que a violência só pode ser feita pelo Estado ou por aqueles que o representam. Há outro lado, igualmente importante, que é o da pacificação da sociedade. Isso está totalmente esvaziado em vários estados. Eu vejo isso no Rio de Janeiro, em São Paulo e na Bahia, que são aqueles que acompanhei por meio da Comissão Arns. Essa degenerescência do monopólio é perpetrada pelos mandantes, que são os governos estaduais. São eles que têm que ser responsabilizados criminalmente por todas as ações e extermínios cometidos pelas polícias militares de seus estados e pela tortura policial. No Brasil, provavelmente, por causa da criminalização, a tortura diminuiu em relação ao passado. De qualquer maneira, é necessário chamar atenção para o fato de que, entre as classes “torturáveis”, não estamos nós que estamos aqui agora conversando. Nós não fazemos parte desse grupo, no qual estão os negros e indígenas do nosso país.

Tudo o que aconteceu na Amazônia, durante o governo do inominável, é responsabilidade do governo federal e do estadual, que são sócios. É uma excrescência. Não há outra contradição máxima que um Estado ter uma Constituição democrática e tudo isso acontecer. A morte do jornalista e do indigenista na Amazônia, mas também a cotidiana dizimação do povo Yanomami, ainda afetados brutalmente pela pandemia da Covid-19. Aliás, o Severo ajudou a criar, por meio de uma lei de sua autoria, o Parque Yanomami.

Em resumo, não acredito que deva se investir em alternativas ao monopólio da violência. Isso é precário. Deveria, sim, haver uma maior pressão por parte da sociedade civil organizada. E, quando digo isso, estou falando da sociedade civil organizada “do bem”, porque as milícias também são parte de uma sociedade civil. Antes dos anos 1990, Debrun chamou atenção para o papel das universidades neste país. Em uma cerimônia em que ele recebia o título de emérito, disse que elas deveriam funcionar como intelectual orgânico coletivo, pensando particularmente na questão da violência, da ecologia e do racismo. Porém, as universidades estão mudas. As

universidades federais foram criminalizadas pelo governo de extrema-direita. A professora Heloísa Starling, grande historiadora vice-reitora da Universidade Minas Gerais e pesquisadora da Comissão Nacional da Verdade, foi investigada injustamente pela polícia federal e processada. E isso aconteceu com muitos outros professores durante o governo de extrema-direita.

São restos do extremismo de direita que tomou de assalto o Estado por eleições que são de uma grande indignidade. Diante desse novo contexto de reabertura da universidade no atual governo democrático, essa instituição passa a ter uma responsabilidade. Nós temos muitos privilégios e temos que usá-los para insistir nos limites do monopólio da violência ilegal pelo Estado em suas atuações e, especialmente, em seus aparelhos repressivos. Essa é uma missão impossível, mas que devemos enfrentá-la com todo empenho, Emílio, e que somos obrigados a agir com firmeza investigando e denunciando toda a desigualdade, etnocracia, violência ilegal e mau funcionamento das instituições civis que temos no Brasil.

Emílio Dellasoppa: Estamos condenados a uma tarefa de Sísifo.

Paulo Sérgio Pinheiro: É verdade, e nós nunca chegaremos ao fim. É uma viagem sempre incompleta.

Emílio Dellasoppa: A incompletude de um trabalho preciso.

Paulo Sérgio Pinheiro: Os intelectuais, que também somos nós, professores, Judiciário e mesmo as Forças Armadas, todos têm responsabilidade nesse processo. Citei aqui anteriormente o ministro da Marinha. Pode ele negar a rebelião de João Cândido contra castigos de açoite pelos oficiais superiores (brancos)? Isso, para mim, é uma excrescência, é uma ofensa. E ele continua como ministro da Marinha. Não é extraordinário? Vários almirantes, talvez, concordem com ele, porque não houve nenhum protesto. Se não me engano, nenhum parlamentar se manifestou, no entanto, nem mesmo seus colegas de governo fizeram algum protesto. O nome de João Cândido tem que estar no livro dos heróis. Ele é um dos heróis brasileiros efetivos.

Emílio Dellasoppa: Muito bem, Paulo Sérgio, vamos encerrar com essa lembrança. Eu agradeço muito suas respostas e agora vou passar a palavra para a professora Carla.

Paulo Sérgio Pinheiro: Eu é que tenho que agradecer a todas e todos.

Carla Vreche: Agradeço muito a paciência de todo mundo que permaneceu durante toda a entrevista, especialmente ao professor Paulo Sérgio. Para encerrar, gostaríamos de saber, a partir da avaliação feita através das perguntas que foram feitas aqui hoje, qual a sua perspectiva para as pesquisas futuras, em relação ao campo da ciência política, ao próprio Programa de Ciência Política da Unicamp e também aos seus projetos pessoais.

Paulo Sérgio Pinheiro: Eu considero extraordinário ser perguntado, aos meus 80 anos, sobre quais são os meus projetos. O primeiro deles é continuar vivo, que eu espero, ainda, ser por alguns anos. Na verdade, basicamente, faço mais pesquisa em relações internacionais centradas na Síria e no Oriente Médio, uma situação ultra-complexa. Quando o Emílio perguntou sobre a territorialidade, eu justamente ia dizer que, durante muito tempo, nesses treze anos em que estou acompanhando a situação na Síria, boa parte do território desse país foi controlada por grupos estatais armados e alguns terroristas. Essa é uma atuação em contexto muito ligada a todo esse debate do monopólio sobre a violência legítima do Estado. Hoje, 90% do meu tempo é dedicado a esse objetivo, até porque, mesmo quando eu não estou em Genebra, sigo em contato por meios digitais. No Brasil, acompanho, especialmente, a política externa do governo brasileiro, aliás, a meu ver, muito correta tanto em relação à Síria, ao Oriente Médio e, particularmente, quanto à ocupação ilegal de Israel dos territórios palestinos e sobre o genocídio israelense em Gaza. Além disso, sigo com atenção os debates da Corte Internacional de Justiça e do Tribunal Penal Internacional. Leio todos os documentos e materiais. Também escrevo alguns artigos e dou algumas entrevistas.

Não dou aula no exterior, creio que, desde 2015. O último lugar em que ensinei em estudos internacionais fora do Brasil, regularmente, foi na Universidade de Brown, em Providence, nos EUA, onde há um centro de estudos internacionais com uma biblioteca extraordinária. Lá, os alunos são obrigados a responderem a um questionário para avaliarem os professores e ficava muito contente ao receber as boas notas deles. O meu “Ibope” era positivo. Encerro dizendo que eu não tenho planos para o futuro, mas continuarei nesse cargo, que é pró-bono.

Última anedota: uma vez eu estava reunido com o ministro das Relações Exteriores de um determinado país e, no final da conversa, nos levantamos e ele me disse que qualquer coisa que eu precisasse poderia falar com ele diretamente. Confesso que pensei em pedir um helicóptero, todavia, entendo que seria um pouco demais. Nessa atividade, com esse cenário de seis exércitos operando na Síria, dá um trabalho imenso, e eu conto com outros dois comissários, a professora Lynn Welchman, da School of Oriental and African Studies (SOAS), da Universidade de Londres, e Hanny Megally, vice-diretor e Senior Fellow do Center on International cooperation, na Universidade de Nova York.

Vou terminar com uma frase de Lévi-Strauss, nos *Tristes Tropiques*²⁹, que registrei como epígrafe na minha tese de doutoramento, e cito aqui de memória: “estou registrando o que estou vendo e recolhendo, mas, depois de mim, virão outros que vão ver coisas que eu poderia ter visto e não fui capaz de ver”. Esse é um pouco do drama de todos os pesquisadores. Depoimentos são perdidos, poderíamos ter entrevistado mais interlocutores, ter buscado mais documentos, ter conseguido preservar mais um arquivo. O meu futuro necessariamente próximo é ter condições de sobreviver e continuar a trabalhar na ONU.

Agora é hora de agradecer e tenho que agradecer demais. Foi um momento extraordinário. Eu nunca falei tanto sobre mim. E, mesmo que seja detestável falar de si próprio, fiquei contente de me lembrar tantos fatos agradáveis, reencontrar os meus dois queridos colegas, Maria Silvia e Emílio.

29 Lévi-Strauss, Claude. *Tristes Tropiques*. Londres: Penguin Books, 2012.

Carla Vreche: Professor, nós agradecemos muito a oportunidade. Abro o microfone para a sala toda, a fim de que, caso alguém mais queira se manifestar, que fique à vontade. Agradeço novamente a oportunidade.

Paulo Sérgio Pinheiro: Eu tenho que agradecer também a Andrei Koerner. Ele é reincidente em me obrigar a falar sobre mim mesmo. Primeiro isso aconteceu em uma reunião muito valiosa que ele organizou no Departamento de Ciência Política, no dia em que eu recebi o *honoris causa*, e agora, com vocês aqui.

Emílio Dellasoppa: Muito obrigado, Paulo Sérgio e a todos vocês colegas da Unicamp pela organização. Realmente, tive momentos de lembranças muito fortes e, agora mais, com outras recordações que ficam para um próximo encontro. Depois desses trinta anos, nós merecemos, Paulo. Muito obrigado a todos.

Andrei Koerner: Paulo Sérgio, eu agradeço muito a sua disponibilidade, o seu entusiasmo e também a sua excelente memória. Desde a primeira atividade que nós fizemos, que foi uma *live* com os alunos da primeira turma do Programa de Mestrado em Ciência Política da Unicamp, o professor Francisco Foot falava que nós deveríamos entrevistar você. Esse foi um momento que nós preparamos com muito cuidado e tínhamos muita expectativa de que acontecesse. Felizmente, ele foi acima das nossas expectativas. Eu agradeço muito pela sua generosa participação no nosso projeto.

Aproveito para comentar que vamos organizar um seminário internacional em novembro, em comemoração aos 50 anos do Programa, e vamos contatá-lo, eventualmente, para que você possa se juntar a nós.

Paulo Sérgio Pinheiro: Por favor, me mande a data tão logo ela for definida que eu farei o esforço de estar.

FIM DA ENTREVISTA



Nos anos 1990, na esteira de Guillermo O'Donnell, eu escrevi um artigo sobre autoritarismo socialmente implantado. Não é esse autoritarismo visível da ditadura de 1964 ou de 1937, porque entre 1945 e 1964 se torturou à vontade, e as polícias matavam impunemente. Essas práticas não foram legadas. A etnocracia e esse autoritarismo socialmente implantado são renovados a cada período.

(...) comecei a dar aula [na Unicamp] no primeiro ano. Ainda não havia o Departamento de Ciência Política, mas o que eu ensinava no Conjunto da Política era basicamente o que eu tinha pesquisado sobre movimentos sociais, Partido Comunista e classe operária. Não me lembro dos meus programas de aula, porém, era muito influenciado por um professor da Universidade de Vincennes, que foi criada depois de maio de 1968, um cientista político grego radicado na França, Nicos Poulantzas.

Por sugestão de Michael Hall, fiquei sabendo da existência do arquivo de Edgard Leuenroth, que estava ameaçado de ir para os Estados Unidos com John Dulles, filho de John Foster Dulles, um historiador americano que esteve na USP. Sabendo disso, nós tentamos construir a compra pela Unicamp. (...) No futuro, quando nós estivermos todos mortos, ninguém vai entender como é que se criou um Arquivo histórico baseado no acervo de um anarcosindicalista. Isso era coisa impensável durante aquele período da ditadura. Porém, o reitor Zeferino Vaz, cientista reconhecido, era da confiança do comando do exército em Campinas.

A democratização da Constituição de 1988 não conseguiu debelar esse autoritarismo incrustado na sociedade pela desigualdade existente no Brasil, pela etnocracia branca e pela violência ilegal. Não estou aqui culpando o povo por não militar ou não se mobilizar, são as estruturas que reproduzem as práticas dos governos.

